

ADRIANA FERMINO FAHL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – PEFOPX – TURMA 2002

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Vivendo entre os Limites e as Possibilidades de um Projeto Político Pedagógico
Emancipatório

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DO
CURSO DE PEDAGOGIA (TCC) apresentado à
Faculdade de Educação da UNICAMP, como
exigência parcial para a obtenção do título de
licenciado em Pedagogia – PEFOPX TURMA
2002/2005, desenvolvido sob orientação do
Prof. Dr^o César Nunes.

Campinas, 2005

UNIDADE:	F.E
Nº CHAMADA:	ICC/UNICAMP
	F142p
V:	
TOMAS:	2485
PRGC:	023/2006
C:	X
PREÇO:	
DATA:	24/03/06
Nº CPD:	50103466/11

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

F142p Fahl, Adriana Fermino
Projeto político pedagógico : vivendo entre os limites e as possibilidades
de um projeto político pedagógico emancipatório / Adriana Fermino Fahl. –
Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientadores : César Aparecido Nunes.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Gestão da educação escolar. 2. Poder (Ciências sociais). 3.
Colonização 4. Democratização. 5. Projeto pedagógico. 6. Escolas. I. Nunes,
César Aparecido, 1959 - . II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação III. Título.

05-286-BFE

Dedico este trabalho à memória de minha mãe, com uma imensa saudade, pelos 5 anos de sua ausência física na minha vida, mas com a certeza de uma contribuição muito presente

Ao meu marido, pela sua compreensão, carinho e seu apoio incondicional sem o qual não poderia ter concluído este trabalho.

Aos meus filhos Ariel e Alicia pela alegria de fazerem parte de minha vida.

Agradecimentos

A Deus, pela coragem e disposição que me proporcionou, durante todo o período de realização deste trabalho.

Ao Chris, meu marido, pelo seu companheirismo, amor e carinho, que tanto me ajudou, estando presente em todos os momentos, não só na realização deste trabalho, mas durante os 4 anos de faculdade, no meu trabalho, em casa, no cuidado com as crianças, enfim, durante a minha vida desde que nos conhecemos e decidimos que estaríamos sempre juntos.

Ao Ariel, meu filho, por compreender os momentos de minha ausência, e pela felicidade de ser sua mãe.

A Alicia, pela sua feliz chegada em minha vida e pela a alegria de ser mãe pela segunda vez.

À minha mãe (in memoriam), em quem me lembro para superar as dificuldades.

Ao meu pai, pelo incentivo aos estudos e pela valorização da profissão que tenho.

A Silvana, Sandra e Raquel, minhas irmãs, que por compartilharem da mesma profissão, sempre discutimos e dividimos as nossas diferentes realidades educacionais e a nossa contribuição para o processo de humanização e construção do conhecimento de nossos alunos.

A toda a minha família, que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos meus amigos, colegas de trabalho e estudo, por sempre dividirem comigo essa difícil tarefa de ensinar, contribuindo com suas diferentes formas e experiências de ser professor, diante das mais adversas situações as quais nós freqüentemente enfrentamos.

Sumário

Introdução	01
Capítulo I – A Educação Brasileira: marcos históricos e diretrizes políticas que revelam a ausência de um projeto político democrático e participativo.	05
a.) A educação e sociedade colonial	06
b.) A sociedade imperial e a educação ilustrada	11
c.) Escolas graduadas e o ideário de Iluminismo republicano (1890-1931)	15
d.) Regulamentação Nacional do ensino e o ideário pedagógico renovador (1931-1961)	17
e.) Unificação normativa da educação nacional e a concepção produtivista de escola (1961-1996)	18
Capítulo II – A novidade histórica e institucional de um projeto político pedagógico democrático, participativo e emancipatório.	25
a.) O projeto político pedagógico	25
b.) Quais os mecanismos que compõem um Projeto Político Pedagógico escolar?	32
c.) Projeto Político Pedagógico Emancipatório ou Projeto Político Pedagógico Regulador?	36
d.) A concepção dos professores sobre o Projeto Político Pedagógico.	46
Capítulo III - A nova prática de planejamento e gestão participativa da escola: contradições e possibilidades.	51
Considerações Finais	57
Bibliografia	60
Anexos	62

Resumo

Neste trabalho pretendo discutir o Projeto Político Pedagógico, entendendo-o como a própria organização do trabalho pedagógico de toda a escola. Ressaltarei a importância dessa organização para viabilizar um Projeto Político Pedagógico Emancipatório. Em seguida farei um histórico sobre a educação brasileira, mostrando a ausência de um Projeto Político Pedagógico democrático e participativo. Pretendo também discutir a originalidade institucional de um projeto emancipador, considerando suas contradições e suas possibilidades, a partir dos registros e conquistas educacionais recentes. Por exemplo, o Projeto Político Pedagógico do Município de Guarulhos-SP, o qual afirma a perspectiva da educação como direito social fundamental, assumindo o desafio de construir uma prática pedagógica verdadeiramente democrática, socializando o conhecimento acumulado pela humanidade, em suas várias expressões, acolhendo e dialogando com a cultura e os saberes populares.

Demonstrarei que para concretizar um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, é necessário a escola possuir uma gestão democrática e gestores interessados em estabelecer relações entre teoria e prática, com posturas democráticas e profissionais, capazes de dialogar e discutir as decisões de toda a comunidade escolar, desvinculando-se de questões pessoais e autoritárias, que almeje beneficiar apenas uma pessoa ou um grupo.

Deste modo, será possível construir um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, trazendo modificações e melhorias para o quadro educacional, e conseqüentemente, gerando pessoas envolvidas e comprometidas com o trabalho escolar, todas implicadas para a melhoria da qualidade da escola pública.

Abstract

En este trabajo pretendo discutir el Proyecto Político Pedagógico, entendiéndolo como la propia organización del trabajo pedagógico de toda la escuela. Resaltaré la importancia de esa organización para viabilizar un proyecto político pedagógico emancipatório. En seguida haré un histórico sobre la educación brasileña, mostrando la ausencia de un Proyecto Político Pedagógico democrático y participativo. Pretendiendo también discutir la originalidad institucional de un proyecto emancipador, considerando sus contradicciones y sus posibilidades, a partir de los registros y conquistas educacionales recientes. Por ejemplo, el Proyecto Político Pedagógico del municipio de Guarulhos – SP, en el cual afirma la perspectiva de la educación como derecho social fundamental, asumiendo el desafío de construir una práctica pedagógica verdaderamente democrática, socializando el conocimiento acumulado por la humanidad, en sus varias expresiones, acogiendo y dialogando con la cultura y los conocimientos populares.

Demonstrare que para concretizar un Proyecto Político Pedagógico Emancipatório, es necesario para que tenga la escuela una gestión democrática y gestores interesados en establecer relaciones entre teoría y práctica, con posturas democráticas y profesionales, capaces de dialogar y discutir las decisiones de toda la comunidad escolar, deshaciendo-se de cuestiones personales y autoritarias, que tenga como fin por beneficiar una sola persona ó un grupo.

De este modo, será posible construir un Proyecto Político Pedagógico Emancipatório, haciendo modificaciones y mejoras para el cuadro educacional, y consecuentemente, generando personas envueltas y comprometidas con el trabajo escolar, todas implicadas por la mejora de la cualidad de la escuela pública.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi inspirado a partir de minhas experiências como professora nas redes públicas de ensino, onde percebi que não é possível, apenas entre quatro paredes de uma sala de aula, promover transformações significativas, pois o trabalho realizado solitariamente na sala de aula perderá sua continuidade e terá seus efeitos — por melhores que sejam — restrito apenas ao conjunto de aluno daquela sala.

Após trabalhar em diversas escolas de diferentes redes públicas, notei que essas dificuldades correspondiam também à realidade dos demais professores, que sozinhos em suas salas de aula, realizavam trabalhos diferentes uns dos outros, muitas vezes desconectados da realidade de sua escola e da comunidade.

Todos os esforços individuais realizados deveriam ser mais bem aproveitados e convergidos para os mesmos objetivos e metas, afim de que os resultados possam aparecer de forma coletiva, satisfazendo o anseio de todos os que a compõe; não ficando apenas em

desabafos e murmúrios nos corredores da escola ou em reclamações sem esperança durante as reuniões pedagógicas.

As inúmeras dificuldades levam-me a refletir para além da sala de aula, para a escola como um todo e na comunidade na qual está inserida.

A partir dessas reflexões me questiono: Quais as soluções? Por onde começar? A quem recorrer? Como participar e colaborar? Ao responder estas questões não podemos esquecer da grande influência que a educação sofre por parte das políticas públicas, pois se trata de um campo muito árduo e difícil, que vem sendo negligenciado no Brasil desde nossa colonização. Apesar dessa grande dificuldade buscaremos alternativas, que elaboradas coletivamente pela comunidade escolar, possam gerar planos de ação que possibilitem uma escola pública democrática e com ensino de qualidade.

Considerando essa possibilidade, e no desejo de lutar pela escola pública de qualidade, acredito que seja de suma importância a discussão da gestão democrática de um projeto político pedagógico, lembrando que, dependendo da forma como acontece, a elaboração e a execução desse projeto, ele poderá ser emancipador ou regulador.

Ressalto aqui a importância da organização pedagógica para viabilizar um PPP de caráter democrático, como esperança de uma escola melhor para todos, onde se trabalha o currículo de forma integrada e interdisciplinar, a fim de reduzir o isolamento e a fragmentação dos conteúdos.

A partir da organização do trabalho pedagógico, a escola passa a ser um espaço de reflexão, uma arma contra o rebaixamento do nível de ensino destinado às camadas populares, dando a nós, profissionais da educação, “espaços”, em todos os sentidos da palavra, para buscarmos soluções, argumentos e lutarmos por condições dignas de ensino-aprendizagem, mesmo estando envolvidos por um ambiente embrutecedor.

Desse modo começo a desnaturalizar o projeto político pedagógico me questionando: Afinal o que é um Projeto Político Pedagógico? O que é um projeto emancipador? E um projeto regulador? Quais são as suas possibilidades e seus limites?

Para isso De Rossi nos convida:

“ . . .A utopia é essencial para fazer política, para agregar pessoas em torno de grandes ideais emancipadores, que permanecem como pano de fundo em busca de transformação social mais ampla. No caso da escola, as utopias relacionam-se com o sonho da” escola para todos “, profundamente democrática e emancipadora, que integre e que garanta o sucesso e o direito escolar a todos.”

“ . . . É legítimo pensar em novos modelos e novas formas políticas e sociais, em realização do cidadão sem fronteiras, em novas relações sociais, que tenham em vista a diminuição das desigualdades e fim da exclusão social. . .” (De Rossi,2004.p.31)

Assim, entendemos que o Projeto Político Pedagógico sinaliza e aponta para as direções que se procura alcançar,ou seja, dimensiona para uma possibilidade que pode transformar a realidade.

Como instrumento formal que articula o conjunto das vivências políticas da escola com a dinamicidade da ação pedagógica o Projeto Político Pedagógico torna-se o penhor da democracia e o horizonte da educação.

O presente trabalho foi estruturado em 3 capítulos:

No primeiro capítulo, foi feito um breve histórico sobre os marcos da educação brasileira, objetivando neste retrospecto não apenas fornecer uma visão sobre a história da educação popular no Brasil, mas também identificar as raízes de alguns problemas educativos ainda hoje sentidos, ou seja, o legado que a educação dos séculos anteriores nos deixaram, mostrando que nunca houve para o campo educacional brasileiro um projeto político democrático.

No segundo capítulo, pretendi definir a originalidade institucional de um projeto político pedagógico emancipatório e considerar suas pertinências, possibilidades e viabilidades na realidade atual da escola e educação fundamental, a partir dos registros e conquistas educacionais recentes e na perspectiva ou concepção de professores.

No terceiro capítulo, discutimos uma nova prática de planejamento e a gestão participativa da escola, considerando suas contradições e possibilidades.

No entanto, para a gestão de um “novo” modelo de organização do trabalho pedagógico, não é necessário buscarmos grandes revoluções ou partirmos da estaca zero, é necessário, que as posturas dos que estão na escola sejam mudadas.

Ressaltando a necessidade de haver principalmente por parte dos gestores, posturas mais democráticas e profissionais, deixando de lado questões pessoais e autoritárias que beneficiem apenas uma pessoa ou um grupo de pessoas, apresentamos o presente estudo.

Porque em uma escola onde há posturas democráticas, é possível construir um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, que traga modificações para o quadro educacional, gerando, dessa forma, pessoas envolvidas e comprometidas com o trabalho escolar, todas implicadas com a melhoria da qualidade da escola pública.

CAPÍTULO I – A Educação Brasileira: marcos históricos e diretrizes políticas que revelam a ausência de um projeto político democrático e participativo

Neste capítulo pretendo fazer um breve histórico sobre os marcos da educação brasileira, objetivando neste retrospecto não apenas fornecer uma visão sobre a história da educação popular no Brasil, mas também identificar as raízes de alguns problemas educativos ainda hoje sentidos, ou seja, o legado que a educação dos séculos anteriores nos deixaram; pois nunca houve para o campo educacional brasileiro um projeto político democrático.

Considerando o histórico trajeto da educação brasileira, a forma como se deu a colonização brasileira, foi muito importante para compreender a educação atual.

Para efeito da organização da análise histórica serão delimitados a partir dos aspectos político da organização social do país os períodos: Colonial, Imperial e Republicano, porque quando voltamos os olhos para a educação brasileira, é inegável pensá-la apenas em um âmbito, sem redimensioná-la para os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Sob o aspecto econômico-social, podemos tomá-lo como única fase: o modelo agroexportador, que se organizou e reorganizou com a função de incrementar o capitalismo mercantil e o capitalismo industrial.

Sob âmbito educacional foi constituído de forma explicitamente seletiva, o Ensino e Educação Colonial e, posteriormente, os ensinamentos nos sistemas Imperial e Republicano.

Do ponto de vista cultural, constitui um longo período, no qual a cultura nativa é sufocada, a negra é “domesticada” e os imigrantes que aqui chegaram sofrem um conturbado processo de incorporação/supressão.

O primeiro momento cobre aproximadamente quatro dos nossos cinco séculos (1500 – 1822) de existência, define traços que marcariam permanentemente o perfil da sociedade, da cultura e da escola brasileira.

Na realidade foi da interação de interesses externos e internos, que marcaram a história do Brasil, que resultou a formação social brasileira.

Assim, atentando para os acontecimentos nacionais e internacionais e para os resultados transitórios e mais permanentes em nossa sociedade, poderemos entendê-la, para melhor podermos atuar.

Se nos guiarmos pelo aspecto externo, a sociedade brasileira não foi produto apenas dos Grandes Descobrimentos, resultou da descoberta decisiva, para a transição europeia, da Idade Média feudal para a Modernidade capitalista, da acumulação de riquezas no comércio de mercadorias.

a.) A educação e sociedade colonial

A sociedade brasileira, assumindo essa forma de organização econômica, realizava sua “função histórica” de enriquecer o empresariado europeu e o colonial, fazendo avançar a transição capitalista em âmbito internacional.

A sociedade brasileira nasceu duplamente explorada, pelos proprietários locais e pelos empresários internacionais, financiadores e distribuidores das mercadorias brasileiras.

Tornou-se uma economia agrária latifundiária e conviveu durante quatro séculos com a mais desprezível forma de exploração humana: a escravidão.

A população era formada por 2/3 de escravos, conforme registros da época da Independência, uma parcela inexpressiva de trabalhadores livres, rurais e urbanos, uma pequena e poderosa camada de proprietários e uns poucos ricos comerciantes de importados ou de escravos.

A cultura não interessava nem para os grupos mais seletos, e o Brasil sendo colônia de Portugal, seguia o modelo da Metrópole, que por sua vez passava por um retrocesso cultural, uma completa estagnação econômica, com uma cultura literária especulativa e erudita, desligada das atividades práticas e produtivas, comum nas sociedades agrárias.

Desse modo, entendemos que Portugal esteve à frente no que diz respeito à expansão marítima, mas estagnou e não se preocupou com a produção das suas próprias mercadorias, se isolando cada vez mais do movimento europeu, renascentista e iluminista. É esse mesmo tipo de cultura que vingaria entre nós.

O movimento europeu negava basicamente o mundo medieval em nome da defesa da liberdade, como convinha ao novo modo de produção, o capitalismo.

Mas os portugueses, ao contrário, reafirmavam as instituições medievais, entre elas a Igreja Católica, e se colocavam a serviço da luta contra-reformista que ela se vira forçada a enfrentar (Reforma Protestante).

Assim, a Coroa Portuguesa elegera a Companhia de Jesus para o monopólio do ensino na Metrópole e nas colônias.

Poderíamos considerar então, que as atividades educativas em terra brasileira se iniciaram com a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549, reconhecendo-se a “conversão” dos indígenas à fé católica pela catequese e instrução.

Tratava-se da aculturação sistemática dos nativos através da educação. A alfabetização servia para a introdução da língua portuguesa e ensino de catequese. A atuação sobre os meninos indígenas era não somente um meio eficaz de preparar as novas gerações de aliados, mas também de influenciar indiretamente sobre os indígenas adultos.

Multiplicaram-se as escolas de “ler e escrever” instaladas em São Vicente, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco; organizaram-se pouco a pouco classes de gramática e colégios, instituiu-se o ensino profissional e, mais tarde, surgiram os seminários, todavia os diplomas eram privilégio apenas da Metrópole, o que era uma forma de conter o desenvolvimento de uma cultura local e anseios pela autonomia. Esta educação se deu de 1579-1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil.

O ensino dos índios, porém, reduzia-se à catequese, provavelmente ao ensino agrícola e manejo dos instrumentos rudimentares, raramente abrangendo a leitura e a escrita.

Através da educação das crianças foi possível, como afirma Paiva, obter maior êxito na colonização:

“ . . . transformando ferozes antropófagos em cristãos submissos e obedientes” (PAIVA,1973,p.57)

Com o regime escravocrata, buscava-se catequizar também, o negro. A partir disso nota-se que todo o ensino foi entregue aos religiosos. Os jesuítas montaram na Colônia, aos moldes europeus, um sistema de ensino que pouco ficava a dever ao seu modelo inspirador .

O Plano de Estudo, o *Ratio Studiorum*, dos jesuítas reinava absoluto, e o fazia mesmo após a expulsão dos seus criadores. Esse ensino era subsidiado pela Coroa.

Embora o ensino elementar fosse oferecido, ou reforçado, nos Colégios, era de costumes que os domínios de línguas e instrumentos musicais fossem dados por preceptores em suas próprias casas.

É importante ressaltar que esse ensino era destinado apenas para os filhos dos proprietários e não de trabalhadores braçais ou mesmo urbanos ligados às atividades terciárias, compreendemos desde esse período um projeto político excludente.

Afinal quais eram as pessoas que tinham condições de receber preceptores em suas respectivas casas?

A política portuguesa do isolamento cultural da colônia, entretanto, parece ter promovido não apenas o retardamento da penetração das idéias de emancipação, mas também a exploração precária das suas riquezas naturais.

A técnica deficiente teve suas conseqüências sobre a inadequada e irracional utilização da terra e sobre a incapacidade dos mineradores de aprofundarem a pesquisa no momento em que a exploração do ouro e do diamante (Ciclo da mineração) se tornou mais difícil.

Mas apesar disso, com a decadência do ciclo do ouro, a colônia deu um salto que coincide com a decadência de Portugal, era o chamado ciclo da mineração que se iniciava, criando uma camada média na colônia.

Surgiram nesse período, os produtores de gêneros alimentícios para o abastecimento da população mineradora, assim como a manufatura têxtil e do ferro com a mesma finalidade, mudando assim a face da vida colonial.

Neste momento surge a incompatibilidade de interesses entre a metrópole e colônia, esse descompasso será o principal desencadeador das chamadas **Reformas Pombalinas (1759-1779)**.

A reforma Pombalina expressava a uma reação da coroa portuguesa à lenta agonia que passava a sociedade lusitana, em processo de decadência, empobrecimento e perda da sua própria soberania. Esse processo veio caminhando desde a colonização brasileira, quando da emergência de novos potenciais comerciais e manufatureiros, e depois com a união das coroas portuguesa e espanhola e também com o episódio da invasão holandesa, nela Portugal perderia a sociedade comercial com os holandeses, e monopólio do açúcar.

Portugal não se prepara para uma nova era de mudanças no modo de produção e a coroa portuguesa se viu transformada em colônia informal da grande potência moderna que despontava, a Inglaterra.

Assim, Portugal fez péssimos acordos comerciais e um conseqüente e crescente endividamento fizeram de Portugal um joguete dessa nação poderosa que tal, como procedera

a Espanha, o levaria a reboque em suas disputas internacionais, fazendo-o a pagar ônus de derrotas e arranjos desfavoráveis.

Estas nada mais eram que medidas de emergência que pretendiam reerguer Portugal não apenas através de uma nova estratégia cultural e educacional, conforme anunciado e difundido pela Coroa Portuguesa, mas principalmente como a realidade dos fatos não tardaria a revelar, pela superexploração colonial.

As medidas pombalinas fazem aumentar o pacto colonial, multiplicaram os impostos, esvaziavam o aparelho administrativo local “dos nativos” da colônia e aceleraram os monopólios.

Quanto à situação do ensino da colônia, foi encontrada uma solução paliativa, através das chamadas **Aulas Régias**, (1759-1827). As aulas se limitavam ao ensino secundário (latim, grego, filosofia, gramática, geografia, retórica, matemática).

E deveriam ser custeadas pelo então criado subsídio literário, que constituía um imposto que, curiosamente, incidia sobre o consumo da carne e da aguardente, que nunca levantou recursos suficientes, impediu que essas “escolas”, insuficientes em qualidade e quantidade, sem currículo regular e com lições de uma outra disciplina avulsa, fracassassem completamente. E nem mesmo a introdução do Plano Diretor, responsável pela administração, foi capaz de expandir o ensino das primeiras letras no Império.

As aulas Régias deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas no extinto clérigo. Através delas, aquela reduzida parcela da população continuava se preparando para estudos posteriores, na Europa.

Contudo sem sistematização, sem pessoal docente e de qualidade suficiente, já que eram extremamente poucos os provenientes do imposto cultural, é possível concluir que a instrução no país foi drasticamente limitada.

Essa situação não se alterou senão a partir da chegada de D. João ao Brasil, o príncipe regente português, envolvidos nas disputas entre ingleses e franceses pela hegemonia no mercado europeus e mundiais, fora obrigado a fugir da ocupação dos franceses em território português. Fugia da represália do inimigo e aqui caíria na armadilha do suposto aliado.

Assim escoltado pela guarda inglesa e trazendo consigo a corte D. João instalou a sede do governo no Brasil, transformado o reino unido a Portugal e, ato a contínuo antes de qualquer outra medida cedeu aos interesses conjugados dos grupos coloniais exportadores e importadores da burguesia industrial inglesa, decretando a abertura dos portos (1808).

Esse gesto simbolizou o fim do monopólio Português sobre o comércio brasileiro, apesar da intenção metropolitana de que fosse a solução transitória. Em outras palavras, era independência econômica que o Brasil conquista em relação a Portugal.

Assim eleva-se a educação no Brasil, a partir da chegada da família real, quebrando desse modo o monopólio da Inglaterra.

Tornou-se necessário à organização de um sistema de ensino para atender a demanda educacional da aristocracia portuguesa e preparar novas ocupações técnicas-burocráticas, é importante ressaltar que o ensino implantado não era para atender à população, mas sim a elite.

Desta forma, foram criados cursos de caráter marcadamente utilitário, em nível superior como o de Medicina, Agricultura, Economia Política, Química e Botânica, além das Academias Militares; para favorecer a vida cultural criaram-se as Academias Militares; para favorecer a vida cultural criaram-se as Academias de Ensino Artístico, o Museu Real, a Biblioteca Pública, a Imprensa Régia, entre outras iniciativas.

b.) A sociedade imperial e a educação ilustrada

Mas com a Independência, virão à tona novas preocupações com a educação, a fim de ampliar a participação de brasileiros nas atividades do Império.

Tornado o Brasil independente de Portugal, colocou-se a questão da construção de um **Sistema Nacional de Instrução Pública**. Instalou-se a Assembléia Legislativa e Constituinte de 1823 em torno de dois projetos: O Projeto de Educação pra a Mocidade Brasileira e o Projeto de Criação de Universidades.

Duas leis - durante o Primeiro Reinado ocuparam-se do problema da instrução elementar. Entre 1827 a 1890, consistiu as primeiras tentativas, de organizar a educação.

- Lei de 15 de outubro de 1827, primeira proposta de criação de escolas primárias, projeto de uma escola pública nacional, que acabou não acontecendo.
- Lei de 1824 estabelecia – em seu artigo 179, alínea 32 – a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos.

As escolas de Primeiras Letras, deveriam ensinar a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática portuguesa e a doutrina católica e a doutrina católica.

O método de ensino deveria ser o Lancaster e Bell, ou seja, o da monitoria ou ensino mútuo, devido à falta de professores, método aplicado na Inglaterra, mas que não funcionou no Brasil, pois a instrução popular parecia desnecessária, por isso, não se atribuía função relevante à escola elementar.

Os cursos Normais seriam criados, em caráter precário e em quantidade extremamente limitada, quase uma década depois da criação das Escolas das Primeiras Letras.

Mais uma vez observamos a contradição, como expandir as escolas sem ter profissionais preparados para a função? Será possível expandir com qualidade?

Entretanto, em todo o período, é inegavelmente o **Ato Adicional (1834)** o instrumento legal mais importante para a educação popular no Brasil, com conseqüências que podem ser observadas ainda hoje no país.

Ao promover a descentralização do ensino elementar, transformando os Conselhos Provinciais em Assembléias Legislativas Provinciais com competência para legislar “sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios para promovê-la”, o Ato Adicional eliminou quaisquer pretensões de uniformização do ensino do primeiro grau em todo país.

Neste sentido a descentralização do ensino sempre foi um marco histórico brasileiro, no qual sempre houve desresponsabilidade por parte do Governo Central no que tange à

educação, delegando a Províncias, Estados e mais tarde aos municípios, essa responsabilidade.

Foi desse modo que a educação elementar se expandiu de forma irregular e limitada, a lei adotou o ensino com preceptor, que se dava em suas respectivas casa, apenas para a elite, já a educação popular não era sentida como uma necessidade social e econômica, cabendo ao Governo Central concentrar seus esforços para o expandir o ensino superior e o secundário.

“ . . . Novamente, a maioria da população foi excluída pelos interesses econômicos e pela ausência de uma política educacional que fixasse as bases para o desenvolvimento e para a emancipação das pessoas . . .” (SILVA,2002,p.171)

Já no Segundo Império observamos um crescente interesse pela instrução popular, embora as iniciativas sofreram inibições pelo Ato Adicional de 1834, que não colocava o ensino elementar como obrigatório.

No Segundo Império também houve o deslocamento da população das regiões Norte-Nordeste, devido à decadência das minerações e da agricultura de cana-de-açúcar e algodão, passando o eixo econômico para região Centro-Sul, a partir daí, se explica o maior desenvolvimento dos sistemas de ensino nestas regiões, outro fator que também explica é a imigração, pois o imigrante criava um clima de maiores exigências com respeito à instrução.

Entretanto, o surto do progresso não se faz sentir apenas na agricultura.Os capitais concentrados pelos crescentes lucros do café e aqueles liberados pelo final do tráfico negreiro aplicam-se também em empreendimentos industriais e comerciais; afluem os capitais estrangeiros pelo restabelecimento de boas relações com a Inglaterra.

Mas não devemos esquecer as limitações desse surto de progresso industrial num país que tinha ainda na agricultura sua principal atividade econômica.

Assim durante o Império, mesmo os liberais estavam conscientes do papel relativo da educação na vida política e econômica da região.

Somente com o advento da República, ainda que sob a égide dos estados federados, é que a escola pública, entendida em sentido próprio, fez-se presente na história de educação brasileira.

“Urgia mudar, porém mudar o quê, como?
Ontem, como hoje, essa elite intuía
Que era preciso reformar para salvar sua pele,
Para resguardar seu próprio poder.”
(XAVIER, 1994.p.60 apud.Emanuel Araújo)

A história da educação pública, estende-se de 1890 aos dias atuais e corresponde à etapa da escola pública propriamente dita. No entanto a Constituição republicana de 1891 continua se isentando da extensão do sistema escolar :

“ . . . eliminou o critério eleitoral de renda e manteve a restrição do voto ao analfabeto. A reafirmação dessa limitação ao direito de voto, tal como ocorrera quando da sua introdução na reforma eleitoral imperial, não acarretou maior interesse do poder público pela extensão do sistema escolar . . . ” (XAVIER,1994.p.103)

O critério de posse imposto pela Lei Saraiva (1881) no final do Império, foi derrotado pela Constituição, mas a exclusão do analfabeto na vida política nacional, mostra mais uma vez o preconceito das elites em relação às camadas populares. No entanto nada se fazia, na prática para implantação do ensino elementar nacional.

Em relação à educação republicana, podemos distinguir três períodos distintos, que abordarei seqüencialmente.

c.) Escolas graduadas e o ideário de Iluminismo republicano (1890-1931)

No final do Império intensificaram-se os debates sobre a instrução pública. Emergia a tendência a considerar a escola como chave para a solução dos demais problemas enfrentados pela sociedade, dando origem à idéia da “escola redentora da humanidade”

Nesse clima que efetivava a Abolição da escravatura (1888) a proclamação da República (1889), a consequência seria que o governo central assumisse a tarefa de instalar escolas em todos os povoados, mas não foi isso que aconteceu.

Seja pelo argumento que a instrução popular deveria permanecer descentralizada, seja pela influência do modelo norte-americano, seja principalmente pelo peso econômico do setor cafeeiro que desejava a diminuição do poder central, o que foi legitimado na primeira Constituição republicana (1891), como afirma Saviani:

“ . . . A Constituição, embora omissa quanto à responsabilidade sobre o ensino, delegava ao estado competência para legislar e prover esse nível de ensino, e estipula, no art. 35, incumbindo ao Congresso Nacional, ainda que não privativamente, “criar instituições de ensino superior e o secundário nos Estados” (SAVIANI, 2004,p.22)

Nota-se aqui, também neste período o desinteresse pela Educação Popular, delegando aos estados a questão da difusão da instrução mediante a disseminação das escolas primárias.

Considerando-se que o estado de São Paulo detinha a hegemonia econômica, então foi possível a ele largar na frente no processo de organização e implantação da instrução pública.

A reforma começou em 1890 pela Escola Normal, Caetano de Campos, em consequência, é criada a Escola-Modelo de 2º. e 3º. graus, como um órgão de demonstração metodológica, composta por duas classes, uma feminina e outra masculina, inspirado nos exemplos de países como Alemanha, Suíça e Estados Unidos, mas segundo Caetano de Campos, o método seria para adaptar e não simplesmente adotar.

Mas a grande inovação para reforma promulgada em 1892, consistiu na instituição dos grupos escolares, criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar. Na estrutura anterior as escolas primárias, então chamadas também de primeiras letras, eram isoladas ou avulsas

A escola era regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E estas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares, que por um lado promove um ensino mais eficaz e por outro acontecem maior índice de repetência, pelo maior grau de competitividade.

Os princípios pedagógicos que estavam assentados sob o currículo que deveriam ser trabalhados com os alunos integram aquela concepção de Escola Nova veio, mais tarde, considerar e pedagogia tradicional;

- Simplicidade, análise e progressividade;
- Formalismo;
- Memorização;
- Autoridade;
- Emulação;
- Intuição.

Este último item se refere ao método intuitivo (Comenius), surgira na Alemanha, e fora divulgado pelos discípulos de Pestalozzi na Europa e Estados Unidos.

Rui Barbosa foi seu defensor, cujos princípios e fundamentos foram por ele apresentados em seus célebres Pareceres. Caetano de Campos também seguiu esse método na organização das escolas-modelo e dos grupos escolares.

d.) Regulamentação Nacional do ensino e o ideário pedagógico renovador (1931-1961)

Do ponto de vista da administração, as escolas primárias, o ensino popular, continua sob a égide das províncias, transformados em estados federados. O que diferenciou foi que a Constituição republicana definiu o ensino público leigo, abolindo o ensino religioso.

Como consequência da Revolução de outubro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Por sua vez, o ministro da Educação, já em abril de 1931, baixou um conjunto de decretos, conhecidos como reforma Francisco Campos que:

- Adota o regime universitário para o ensino superior;
- Estrutura o ensino comercial;
- cria a função de Inspetor escolar.

Outra reforma muito importante foi a reforma Capanema (1942), feita pelo o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que deu atenção ao ensino profissional, e o fez dentro de um contexto declaradamente discriminatório, enquanto via escolar para os chamados “menos favorecidos”. Ao invés de serem criadas as condições de um sistema único de formação escolar das novas gerações, consagrava-se o paralelismo das vias, uma para a “elite”, após a escola primária o ginásio, o colégio e a faculdade, onde recebiam uma formação teórica e outra para o “povo”, a via da escola profissional, onde recebiam uma formação prática (educação tecnicista).

Através da legislação complementar é criada uma estrutura de ensino profissional fora da rede escolar pública: Senai (1942) e Senac (1946). Era a manifestação do paralelismo no interior da própria formação profissional.

Em relação à reforma de Capanema é interessante lembrar que este é o nome pelo qual as Leis Orgânicas do Ensino decretadas de 1942 a 1946 ficaram conhecidas.

Com tal reforma criou-se o Orientador Educacional, com a função marcada para garantir a ordem e a disciplina na vida escolar. multiplicaram-se também as Escolas Normais, aparecem as Escolas Regionais e os Institutos de Educação.

Como se vê, até aí, a regulamentação do ensino ia sendo feito conforme as urgências definidas pelos grupos que assumiam o controle político do país.

Assim enquanto Francisco Campos se concentrou no ensino superior, secundário e comercial. Capanema, nas leis orgânicas, começou pelo ensino industrial e seqüencialmente se estendeu para o secundário, comercial, normal, primário e agrícola.

Prevalecia ainda o mecanismo de reformas parciais, fazendo falta um plano de ensino nacional, como preconizara o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.(1932)

Essa exigência virá à tona na Constituição Federal de 1946, que definiu para a União “fixar diretrizes e bases da educação nacional”.

Assim foi promulgada em 20/12/1961 a 1ª. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, decretada após quase 13 anos de discussões.

Do ponto de vista educacional, os obstáculos pelos quais passou o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) acabaram por gerar uma significativa campanha a favor da escola pública, nota-se que há uma crescente penetração do ideário renovador na educação brasileira, no segundo período do século XX.

e.) Unificação normativa da educação nacional e a concepção produtivista de escola (1961-1996)

Expressando a hegemonia do movimento renovador a década de 1960 é marcada por uma época de intensa experimentação educativa, porém essas experiências chegam no final de 1960, quando o regime militar é implantado 1964, desencadeando-se um processo de reorientação geral do ensino no país.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) é criado pelo incentivo dos empresários, que em continuidade a esse incentivo organizou o Fórum **A Educação que nos Convém**, que tinha como tônica dominante a idéia de Reformar para desmobilizar, associada

à dependência entre Educação e mercado de trabalho, racionalização do sistema educacional, ensino pago, profissionalização do ensino médio e reciclagem para atender à flexibilidade da mão-de-obra.

As recomendações realizadas pelo IPES influenciaram a elaboração da lei no. 5.540/68 (Reforma do Ensino Superior) e a lei no. 5.692/71 (Reforma do Ensino de 1º. e 2º. graus).

Paralelamente a esses eventos o Governo foi procedendo à assinatura dos acordos MEC-USAID, mediante os quais o Ministério da Educação do Brasil estabelecia mecanismos de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional para reformular aspectos específicos do ensino brasileiro.

Podemos verificar a interferência política do Banco Mundial neste período, como afirma Silva:

“ . . . Durante a época dos governos autoritários na América Latina, a política do banco Mundial priorizou os grupos marginalizados, visando à sua incorporação ao processo de desenvolvimento. Os gestores do Banco redefiniram os conceitos analíticos e passaram a afirmar ser a educação básica indispensável para lograr maior participação da população no desenvolvimento econômico do país. . . .”
(SILVA,2002.p.66)

A proposta racionalizadora da lei 5.540/68 (reforma universitária) manifestou-se na departamentalização, na instituição do ciclo básico, na unificação do vestibular, na matrícula por disciplina (sistema de créditos) e na criação de cursos de curta duração em contraposição aos anseios de autonomia da universidade proposta pelos estudantes.

Como consequência, estes não teriam mais turmas que estariam unidas até o final do curso; e os professores ficariam isolados em seus departamentos dificultando assim o encontro e a coesão política.

A lei no.5.692/71 que fixava diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau acabou por expressar as estratégias do Banco Mundial em prol de uma ideologia desenvolvimentista

com acento privatizante na educação compulsoriamente profissionalizante, como também afirma SILVA(2002)

“ . . . a concepção fixada foi a de investimento industrial, expressa na racionalização dos custos, na política da concorrência e da competitividade e na abertura de mercado para a educação privada, para empresários de equipamentos técnicos, de informática e do livro didático. .” (SILVA, 2002,p.65)

Neste sentido as escolas particulares tiveram maior êxito na medida em que possuíam recursos para fazer cumprir esse dispositivo da lei. Quanto às escolas públicas, devido à omissão por parte do Estado em repassar recursos, não tiveram condições de realizar o projeto de profissionalização.

Mas mesmo assim, a década de 1970 iniciou-se com as promessas de prosperidade, com a euforia de setores empresariais satisfeitos com os altos índices de crescimento da economia e com a propaganda do governo de que até o ano 2000 o Brasil seria uma “grande potência mundial”.

Mas todo esse crescimento e euforia não significam melhoria de condições de vida e da educação para a população. Como afirma Borges:

“ . . . Segundo as edições das Leis Federais 5440/68 e 5692/71, universalizando na quantidade, mas não na qualidade, a escola de oito anos (primeiro grau), pela simples fusão do antigo grupo escolar com o ginásio, bem como instituindo a profissionalização obrigatória no segundo grau, criou situações no mínimo curiosas. Assim, para formar professores em quantidade suficiente para a nova demanda, foram autorizadas a funcionar verdadeiras fábricas sem chaminés, de onde saíam crus os docentes, por meio de chamadas licenciaturas curtas polivalentes, e também, na maioria das vezes, sem controle e obrigatoriedade de frequência. Foi esta época em que se criaram faculdades privadas em todas as regiões do país, as quais, na grande maioria eram desprovidas dos recursos que poderiam classificá-las, ao menos, como suficientes quanto à qualidade. . .” (BORGES. 2005.p.39)

Conforme vimos, as reformas do ensino superior (lei nº 5.540/68) e a do ensino de 1º e do 2º graus (lei nº 5.692/71) foram promulgadas num contexto crescente de acumulação capitalista e de privatização do ensino. Borges esclarece-nos sobre as respectivas reformas, dizendo que:

“ . . . a Lei 5692/71 já havia sido alterada pela Lei 7044/82, modificando o aspecto profissionalizante de ensino médio, piorando-o ainda mais, por possibilitar um curso que não profissionaliza, não prepara o aluno para o prosseguimento de estudos em nível superior, e tampouco aprofunda conhecimentos, tal fluidez de seu currículo, aliada à organização que deu ao referido curso. Mais uma vez, as escolas privadas mantenedoras de ensino médio, permanentes aliadas dos cursinhos preparatórios para os exames vestibulares, levaram vantagens, pois podiam aproveitar-se do currículo desse curso para montarem verdadeiros cursos de treinamento para vestibulares, fazendo que seus alunos galgassem as vagas do ensino superior de melhor qualidade, na maioria das vezes, nas universidades públicas. . . .” (BORGES, 2002 p.41)

A reforma possuía, portanto, uma dupla função: utilitarista e discriminadora, utilitarista porque tinha em vista a inserção imediata do estudante no mercado, e discriminadora porque a “igualdade de oportunidades”, via escola, não garantia a ascensão social.

Além disso, vivíamos também o período mais forte da ascensão da “linha dura” do governo militar.

De 1969 a 1974, no governo do general Médici, vamos observar a institucionalização da censura, da tortura e da perseguição a presos políticos, do terror de Estado “em nome da Segurança Nacional” e do “combate à subversão comunista”.

A sociedade civil estava amordaçada, os movimentos sociais sob regime de silêncio e os políticos opositores com mandatos cassados e suspensos por dez anos em seus direitos políticos.

Era o Brasil do “Ame-o ou deixe-o”. Mas também era o Brasil do “Apesar de você”, de Chico Buarque de Holanda.

Após 1964 várias universidades sofreram um processo sistemático de intervenção militar: Brasília (UnB), Minas Gerais (UFMG), São Paulo (USP). Muitos professores tiveram seus direitos políticos suspensos pelos Atos Institucionais e pelos Inquéritos Policial-Militares (IPM).

O movimento estudantil também sofreu forte repressão. A sede da UNE (União Nacional dos Estudantes) foi invadida, incendiada e a entidade jogada na ilegalidade.

O início da década de 1980 foi marcado por intensas mobilizações e greves (como a do ABC) em São Paulo e também por um quadro altamente repressivo, deixando claro que, quando se fizesse necessário, a “linha dura” seria acionada para manter a ordem e a segurança.

Assim, podê-se constatar que 2/3 dos desaparecimentos dos presos políticos no período 1964-1979 ocorreram justamente no início da distensão ou seja, entre 1973 e 1974. Bombas foram lançadas contra bancas de jornal; sede de instituições como a OAB ou mesmo a Câmara Municipal do Rio de Janeiro foram objetos de invasões, etc. Enfim, houve uma série de atos terroristas que culminaram com o episódio do Riocentro, em 1981, no qual estavam diretamente envolvidos militares vinculados à denominada “comunidade de informações”.

Do ponto de vista econômico, os anos 1980 são caracterizados como sendo de profunda recessão, desemprego e miséria, sendo até chamados de “a década perdida”.

Em relação à situação educacional a partir das reformas feitas pelo regime militar logo se tornou alvo da crítica dos educadores. Que se organizavam em duas vertentes: uma ansiava pela democratização de uma escola pública de qualidade e a outra foi marcada pela preocupação com o aspecto econômico-corporativo, portanto de caráter reivindicativo, cuja expressão mais saliente é dada pelo fenômeno das greves.

No meio que foi se impondo cada vez mais fortemente a exigência de se modificar por inteiro o a educação nacional, o que implicava a mudança da legislação em vigor. A oportunidade surgiu com a instalação de um governo civil (a chamada Nova República) e a elaboração da Nova Constituição Federal. Em 5 de outubro de 1988 começou a vigorar a nova Constituição Brasileira (Constituição Cidadã, no dizer de Ulisses Guimarães, então presidente do Congresso Nacional).

A partir daí, surge às discussões a respeito da nova LDB, e no final do mesmo ano (1988), o projeto em sua versão inicial dá entrada no Congresso.

Neste documento, vamos encontrar um texto que reflete um cunho progressista (com as contribuições das entidades docentes e inspirado no texto do professor Dermeval Saviani que foi incorporado quase em sua totalidade pelo deputado Octávio Elísio).

Todavia não será essa LDB que entrará em vigor, mas será o substitutivo elaborado por Darcy Ribeiro, vindo a ser abandonado o Projeto da Câmara (Octávio Elísio).

Vencido o projeto da Câmara, a educação pública no país aproxima-se dos princípios propostos pelo MEC-BIRD:

- transferência do ensino infantil e da rede estadual para os municípios;
- ensino médio deserdado, sem definição que instância será responsabilizado;
- privatização do ensino médio e superior;
- instrumentos próprios da economia para a educação básica pública, merecendo destaque novas formas de gestão do sistema educacional;
- cabe à educação formar consumidores dos produtos industrializados e importados, além de formarem trabalhadores cordatos e eficientes, à disposição da rotatividade do mercado livre.

Na década de 1990, o projeto Brasil Novo, de Fernando Collor (primeiro presidente brasileiro eleito pelo povo) teve muito pouco a dizer, a começar pela inexistência de um programa de governo para a área educacional, culminando com a escolha de um ministro (Carlos Chiarelli e auxiliares diretos), balizada mais por critérios de lealdade política do que por competência .

Para concluir este breve histórico da educação brasileira, entendo que o Brasil por ter retardado a implantação de um sistema nacional de educação, carrega consigo um déficit histórico de que veio se acumulando, em contraste com outros países que instalaram os respectivos sistemas nacionais de ensino, isto é, escola para todos.

Os índices de analfabetismo e exclusão são enormes, mesmo em termos quantitativos, como afirma Saviani (2004):

“...o que pode ser evidenciado ao se observar que em 1890, quando tinha início, para nós, o “longo séc XX”, a taxa de analfabetismo estava em torno de 85% em relação à população total (12.213.356 para uma população de 14.333.915). Passados cem anos, constatavam-se uma redução relativa, já que aquela taxa caiu para cerca de 30% (oficialmente se registraram 21,6% em relação à população de idade igual ou superior a 7 anos, o que projeta uma taxa de 33,68% para a população total, tomando-se os dados do Censo de 1991). No entanto, se considerarmos a população total (146.825.475, conforme o mesmo Censo de 1991), veremos que 33,68% correspondem a 49.458.776. Portanto, o número absoluto de analfabetos quadruplicou.” (Saviani, 2004,p.51)

Como afirma a citação acima, o número de analfabetos quadruplicou, além do mais se exige no mundo contemporâneo, a formação integral do ser humano e estabelece-se um novo perfil de trabalhador (mais preparado do ponto de vista do conhecimento, flexível às operações produtivas, criativo e inteligente).

Mas como fazê-lo, se nem sequer fomos capazes de resolver ainda o problema do analfabetismo crônico, como responder aos novos requisitos educacionais postos pelas as novas tecnologias?

Vivemos a negação dos direitos sociais, e Estado de Direitos é instituído apenas no papel, em formas de leis. No entanto há resistências e lutas pela implantação desse Estado e surgem propostas alternativas, apresentando outras formas de atender as demandas sociais.

E uma das formas encontra-se no campo educacional , através do papel ambíguo da escola, entendendo que os seus problemas estão ao mesmo tempo longe e dentro da instituição, cabendo a nós desnaturalizá-los e entendê-los, considerando a escola como sendo um campo de contradições, limites e também de possibilidades.

Considerando uma das possibilidades de tornar a escola mais democrática, é através da concretização de um Projeto Político Pedagógico Emancipatório.

O Projeto Político Pedagógico Emancipatório, são democráticos em seus princípios e propósitos, com o ideário voltado para a **humanização**, proporcionando aos alunos o acesso ao saber sobre si e sobre o mundo, cumprindo sua tarefa educacional de construir, reconstruir e socializar o conhecimento acumulado pela a Humanidade, formando desse modo

cidadãos que atuem criativamente no contexto social, exercendo seus direitos e tornando-se seres felizes.

Assim no capítulo seguinte pretendo discutir a originalidade de um projeto político pedagógico emancipatório seus limites e possibilidades.

CAPÍTULO II- A novidade histórica e institucional de um projeto político pedagógico democrático, participativo e emancipatório

Pretendemos, nesse capítulo, definir a originalidade institucional de um projeto político pedagógico emancipatório e considerar suas pertinências, possibilidades e viabilidades na realidade atual da escola e educação fundamental, a partir dos registros e conquistas educacionais recentes e na perspectiva ou concepção de professores.

a.) O projeto político pedagógico

O projeto político pedagógico é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como o todo.

No sentido etimológico, o termo **projeto** vem do latim *projectu*, participípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano intento. Desígnio. Empresa empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação. (Ferreira,1975,p.1.144).

Muitas têm sido, as discussões nas últimas décadas acerca do que seja projeto político pedagógico, alguns autores, reformadores e Secretarias, o denominaram como: proposta pedagógica, projeto educativo, plano diretor, projeto de desenvolvimento da escola, projeto de desenvolvimento institucional, mas não importa a nomenclatura, entendo o projeto político pedagógico como sendo um documento no qual contém todas as intenções da escola, devendo ser a expressão clara e objetiva dos valores coletivos assumidos. Ele também deverá contemplar as prioridades elencadas por toda a equipe escolar e comunidade, e estará sujeito a constantes avaliações; possui também um caráter flexível, aliás, este é o grande desafio do Projeto Político Pedagógico ou PPP (o chamarei deste modo neste trabalho), considerar e entendê-lo como processo que está sempre em construção, surgindo assim à necessidade de sempre ser revisitado, manuseado e reconstruído no decorrer do tempo.

Trocando em miúdos, o projeto, é que vai definir todos os passos da escola: os objetivos, as metas, meios, recursos, estratégias e critérios a serem alcançados. Ele é pensado a partir da realidade que temos, e da realidade que desejamos e sonhamos, pois um homem sem sonhos está fadado à entrega e à espera da morte. São através dos sonhos que nos lançamos para frente (projeto) e estabelecemos nossos caminhos, sejam eles novos ou caminhos já desbravados ou percorridos, difíceis ou quase “impossíveis” isso não importa, o importante é entender que:

“... a melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje, é fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não puder fazer.” (Paulo Freire)

Assim, pensando no que dá para ser feito hoje me volto novamente ao PPP, considerando que ele seja uma alternativa perante a dura realidade educacional em que

vivemos, pois é ele o responsável pela organização e reorganização dos espaços, recursos humanos e materiais que irão promover a construção de conhecimentos. Além do mais, é ele que virá de encontro com o projeto de vida das pessoas que o concebeu, indicando que tipo de sociedade e de cidadão que se pretende formar.

Para sua construção é necessário entender as questões sociais e educativas que o envolve, nos desvincilhando de sermos apenas “profissionais-tarefeiros”; cumpridores de regras, horários e pautas; trabalhadores expropriados do fazer; realizadores de um trabalho alienante; porque, ao se perder a noção do trabalho, apenas o fazemos sem pensar.

É necessário ir além do fazer, refletindo sobre todo o contexto social no qual estamos inseridos, pois cabe à escola, além de democratizar os saberes, produzir novos saberes e dar conta de explicar as contradições da sociedade.

A partir daí podemos nos questionar também se: Estamos conseguindo responder a essas contradições? E quanto às questões as quais os alunos vieram buscar sobre si e sobre os seus mundos? Então para quem a escola existe e o que ela está fazendo? Afinal, qual é ou quais são as funções sociais da escola contemporânea? Diante de tantas funções o que priorizar?

Mas não serei simplista o bastante para supor que é o PPP, seja o grande salvador da escola e da sociedade, e que ele está isento de ambigüidade, afinal ele já nasceu de segundas intenções, influenciado por organizações internacionais, mas poderá ser uma brecha para possíveis transformações.

No primeiro capítulo buscamos demonstrar, que historicamente o Brasil é regido por políticas internacionais e mais uma vez nas décadas de 1960 e 1970, foi formulada a política do Banco Mundial para a América Latina, que implantou reformas econômicas e políticas deliberadas por instituições financeiras. Em consonância com essa política foi promulgada a Constituição de 1988 que reafirma a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade; assim os termos **descentralizar** e **coletivo** ganhou amplitude e se ressignificou. A Constituição exigiu a inclusão da Gestão Democrática no Ensino Público, despontando a autonomia e participação do coletivo como sinônimo de desenvolvimento e modernização da Escola.

Com isso surge, a lei 9394/96 (A Nova LDB) que regulamenta a Constituição Federal de 1988, baseado no Substitutivo Darcy Ribeiro (produto da equipe do Ministério da Educação alinhada com os gestores externos) é importante ressaltar que o Projeto da Câmara, que tinha princípios democráticos, foi rejeitado. Entendemos assim, que desde a colonização, o Brasil sempre foi alvo de políticas externas, onde a colônia brasileira era vista apenas como fonte de exploração e riquezas, destinada a enriquecer a Europa, não havendo nunca reinvestimentos financeiros destinados a ela.

Deste modo sofremos até hoje com o legado dessa colonização, já que a primeira educação brasileira foi à jesuítica, que estava assentada na disciplina, emulação e magistrocentrismo, sempre privilegiando a educação para as elites; já à população restava apenas a catequese, que lhes proporcionava, no máximo, o ensino das primeiras letras. Isso pode ser facilmente confirmado com implantação do ensino superior no Brasil antes do ensino elementar, pois com a vinda da família real portuguesa, houve necessidade de se propiciar ensino superior para os nobres e para as pessoas que estavam se enriquecendo aqui.

Mas partir de 1971/1996 houve a quebra do padrão cultural e desestruturação curricular, institucional e social; a palavra chave passou a ser flexibilização, vindo à tona uma aparente democratização, predominando uma escola tecnicista e alienadora, assim:

“... quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos ela foi democrática.” (Saviani, 2002,p.48)

Vemos isso com a lei 5692-71, pela qual se implantou o princípio de flexibilidade onde, já nos governos militares, começaram a introduzir a **participação** no planejamento; fazendo com que ele deixasse de ser imposto e passasse a ser participativo, lembrando que essa política estava ligada a investimentos estrangeiros.

Mais tarde, após 8 anos, a flexibilidade aparece ainda mais clara, com a atual LDB 9394/96, que surge regulamentando a exigência da Constituição, pensada não para promover a cultura, mas para suprir as falhas sociais e estabelece em seu artigo 12, 13 e 14, a necessidade de elaboração e construção coletiva da Proposta Pedagógica:

Art.12. Os estabelecimentos de ensino, respeitados as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I-[elaborar e executar sua proposta pedagógica]. . .

Art.13.Os docentes incumbir-se-ão de:

I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino:

II- elaborar e cumprir plano de trabalho, [segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino] . . .]

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes]. . .]

Desde então, a gestão democrática da Escola e o Projeto Político Pedagógico, vêm sendo intensamente discutidos, representando recuos e saltos para frente no sistema educacional. Representa recuo quando o Estado, por omissão e intenção, delega à sociedade a responsabilidade pela educação, isentando-se de cumprir com sua obrigação constitucional de propiciar educação de qualidade para todos, conforme demonstra a Constituição Federal no Art. 206:

“ . . . O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI- gestão democrática, na formação da Lei;

VII- garantia de padrão de qualidade”

A gestão democrática e o PPP representam um salto quando propicia uma autonomia na gestão escolar, na parte administrativa, pedagógica e na financeira, permitindo que todos participem das decisões, elaborando planos de ação para viabilizar um ensino de qualidade, com conteúdos significativos, servindo de trampolim para um mundo de novos conhecimentos.

Alguns estudiosos consideram a gestão democrática como principal forma de democratizar a Escolar, centrada principalmente na luta pela qualidade de ensino; já outros estudiosos enxergam a gestão democrática embutida na lógica empresarial, que educa o indivíduo para a competitividade do mercado, desvinculando-o do contexto social, cabendo aos reformadores e legisladores transferir grande parte dos conteúdos dos campos produtivo e

empresarial para as escolas, tornando assim a escola pública, espelho da indústria, com conteúdos esvaziados, fragmentados e empobrecidos (administração Científica).

Com isso a escola perde a sua real função, que é educar para a vida, pois o centro da escola é a relação do aluno com a obra-prima. A alegria da obra-prima é a razão de ser, o elemento essencial da escola. Privar o aluno dessa relação é o mesmo que lhes tirar a alegria de estar na escola, negando os instrumentos necessários para uma verdadeira inserção na sociedade. E essa alegria não é privilégio de alguns, mas deve ser estendida a todos os cidadãos.

Assim entendo a escola como sendo lugar de direitos e deveres, de alegrias, conquistas, frustrações, tristeza e contradições; e para que seja um espaço realmente democratizado é necessário que todos tenham acesso à alegria escolar, pois na medida que vamos conhecendo, fazendo leituras, reflexões e entrando em contato com algumas obras-primas e intermediárias, denominadas desse modo por Snyders, elas nos permitem esclarecer ou até mesmo obscurecer algumas práticas cotidianas dadas como consolidadas, e não apenas em relação ao papel de profissional da educação, mas em todos que desempenhamos ao longo de nossa trajetória.

Estar em contato com a cultura é um grande privilégio a que todos temos direito, nos permitindo enxergar sob outras ópticas, ter outros olhares sobre o mundo e sobre si mesmo, essa é a verdadeira alegria na escola.

“... uma cultura que leve o aluno a se compreender melhor, a se sondar melhor. É como se o autor apreendesse e sentisse melhor que ele o que se passa nele; a cultura encontra palavras adequadas para exprimir o que ele gostaria de dizer. Os homens necessitam de um porta-voz, um “Édipo” que lhes explique que seus próprios enigmas, pois nossos sentimentos e nossas experiências são com tanta frequência indecisos, em contradição uns com os outros – e é justamente aí que temos necessidade de orientação. . .” (SNYDERS,1993 p.143)

Para Snyders, a escola funciona como instrumento de inovação, uma forma de democratização da cultura.

Embora sabemos que a escola exerça um papel contraditório, é um instrumento que funciona concomitantemente ora conservando, ora inovando.

b.) Quais os mecanismos que compõem um Projeto Político Pedagógico escolar?

O projeto político pedagógico é entendido como a própria organização do trabalho da escola como um todo, está fundada nos princípios que deverão nortear uma escola democrática, pública e gratuita:

- Igualdade: no sentido de dar condições de acesso e permanência com qualidade a todos.
- Qualidade: que não poderá ser privilégio de minorias econômicas e sociais, mas que seja uma conquista de todos, esse é o desafio que se coloca, proporcionar qualidade para todos.
- Liberdade: a liberdade deve ser considerada, como a autonomia de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente.
- Gestão democrática: Ela exige uma ruptura com formas hierarquizadas e individualistas de organização do trabalho pedagógico, requerendo um novo tipo de gestão onde todos estejam envolvidos no processo de construção do PPP e possam participar das decisões de organização e funcionamento da escola, isto se viabilizará através da criação de instrumentos democráticos como:
 1. órgãos colegiados, como o Conselho de Escola, de natureza deliberativa, formado por vários segmentos da unidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários);

2. revitalização dos grêmios estudantis; criação de conselhos de classe não meramente burocráticos, mas que avaliem além do rendimento do aluno, mas o próprio processo escolar apontando problemas e dando sugestões de acordo com seus interesses;
3. associações de pais e funcionários e fóruns de discussão a respeito da reestruturação do PPP e dos múltiplos interesses e necessidades da comunidade escolar;
4. recursos institucionais que facilitem o permanente acesso de interessados aos assuntos da escola, pois:

“ . . . na falta desses mecanismos de pressão e controle político sobre o Estado, a escola pública só poderá ser o que ela é hoje: Uma. Mistificação, uma negação do direito à educação . . . ”
(Paro,1997,p.80).

- Valorização do magistério: é um princípio central na discussão do projeto político pedagógico. A qualidade de ensino está claramente ligada a as condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula), formação (inicial e continuada), remuneração além de outros tão importantes e indispensáveis para a profissionalização do magistério. Entendo que a valorização e profissionalização do magistério poder ser feita com maior eficácia pelas agências empregadoras e representadas pelas redes estaduais ou municipais de ensino, pois são elas as responsáveis pela remuneração e como são instâncias responsáveis pela a educação de um Estado ou Município, realiza articulações e parcerias com universidades com maior facilidade. Mas enquanto instituição não devemos cruzar os braços, e sempre que possível pleitear parcerias e proporcionar momentos de discussões coletivas com representantes das Redes de Ensino.

No entanto, essa discussão é nova já que ainda temos muitos ranços históricos a respeito da participação democrática na organização do trabalho pedagógico, e há muita

resistência de isolamento, conflitos internos e problemas deixados dentro da sala de aula, na qual, algum professor, pretende algumas vezes “matar um leão por dia” isolado na solidão pedagógica, culpados-se ou sendo culpados pelas mazelas da educação, como aponta os do IBGE de 1997:

“ . . . O analfabetismo continua penalizando os mais pobres. No período de 1991 a 1995, as taxas caíram de 20,1% para 15,6%. No nordeste, houve redução de 37,6% para 30% no número de analfabetos entre as pessoas com mais de 15 anos. A média nacional de analfabetos é de 9,1% do total da população. A qualificação dos números aponta uma realidade mais dura: o analfabetismo funcional é irmão gêmeo do desemprego urbano, com taxas de 3,93%(1990), 4,44% (1995), 5,66% (1997) 7,42(1998), dados apurados . . .” (SILVA,2002, p195. apud. IBGE1997)

Esses dados nos revelam como se encontra a educação brasileira, além de não eliminar o analfabetismo real, o país não investiu na formação intelectual e profissional de sua população, passando do modelo agrícola para o industrial, sem a construção de uma base escolar consistente, indispensável pilar para a emancipação, autonomia e justiça social.

Mas talvez agora, estamos em vias de construção de uma escola mais democrática, através de reuniões pedagógicas mais dinâmicas, encontros menos burocráticos e mais reflexivos, possamos construir espaços que permitam a convivência democrática e, conseqüentemente, um aprendizado democrático, considerando o Conselho de Escola, como espaço privilegiado para essa construção, pois a participação democrática não ocorre de forma espontânea, especialmente quando estamos nos referindo a sociedade capitalista, com pouca tradição democrática, como é o caso da sociedade brasileira.

Assim, de acordo com os princípios adotados pelo o sistema de ensino e a forma como se dá a organização do trabalho pedagógico, o Projeto Político Pedagógico poderá ter um caráter emancipatório ou regulador.

Como já fiz anteriormente no início deste capítulo definindo o que é projeto, agora conceituarei a palavra emancipatório e regulador.

Emancipatório: vem do latim, emancipare. 1-independente, libertar-se.2. eximir do pátrio poder. 2. tornar independente, dar liberdade. (HOWAISS,2001,p.1114)

Entendendo que o Projeto Político Pedagógico, poderá ser um instrumento de luta, no sentido de pensar a escola como uma nova organização escolar, que reduza os efeitos de sua divisão de trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico, e para que isso ocorra é necessário que se tenha uma gestão participativa.

Uma gestão, que tenha uma idéia de diálogo, de escuta, de troca, partindo do princípio que nós nos “desenvolvemos com o outro”, é importante que todo o grupo que o integra (docentes, diretor, especialistas, pais, funcionários e discentes) encontre maneiras de se reunir, através de reuniões periódicas previamente agendadas no decorrer do ano, a fim de expor suas angústias, experiências e alegrias, quebrando a cultura do “fazer solitário”, identificando e dividindo as dificuldades encontradas, pensando sempre nas possíveis ações para amenizá-las.

Atualmente, pode-se dizer que as formas hierarquizadas e individualistas de organização do trabalho pedagógico na escola acabam por travancar o seu funcionamento adequado, separando os que pensam e os que executam, reproduzindo assim a forma capitalista de organização de trabalho, que não prevê a formação de cidadãos conscientes e atuantes.

Desse modo, a construção do Projeto Político Pedagógico, além de retomada do trabalho realizado, deve ser espaço para contínua reflexão sobre as experiências acumuladas e sobre as novas metas e metodologias diferenciadas, que contribuirão para a formação do ser humano em todas as suas dimensões.

Esta retomada de trabalho se refere ao processo de avaliação, que é um aspecto fundamental para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico.

Elas se realizarão de forma contínua, visando clarear os objetivos almejados ou até mesmo se necessário redimensiona-lo, pois o PPP não é rígido, e poderá ser modificado quantas vezes forem necessárias.

Outro aspecto de suma importância para o Projeto Político Pedagógico, organização curricular que permitirá que a reorganização dos conteúdos, fazendo com eles se tornem vivos, concretos e significativos.

Segundo Veiga (1995) a análise dos elementos constitutivos da organização trará contribuições relevantes para a construção do projeto político pedagógico. Pelo menos sete elementos básicos podem ser apontados:

“ . . . as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação . . . ” (VEIGA,1995 p.22)

Os elementos apontados por Veiga merecem destaque e serem estudados mais profundamente em outra ocasião.

c.) Projeto Político Pedagógico Emancipatório ou Projeto Político Pedagógico Regulador?

Como já fiz anteriormente no início deste capítulo definindo o que é projeto, agora conceituarei a palavra emancipatório, para em seguida caracterizar um Projeto Político Pedagógico Regulador.

Emancipatório: vem do latim, emancipare. 1-independente, libertar-se.2. eximir do pátrio poder. 2. tornar independente, dar liberdade. (HOUAISS,2001,p.1114)

O Projeto Político Pedagógico emancipatório como a própria palavra diz, significa tornar-se independente, libertar-se, portanto, são democráticos em seus princípios e propósitos, com o ideário voltado para a **humanização**, não privando os alunos do acesso ao saber sobre si e sobre o mundo, pois o mundo é do tamanho do conhecimento que temos sobre ele, e é tarefa da educação construir, reconstruir e socializar o conhecimento acumulado

pela a Humanidade, formando cidadãos para que possam atuar criativamente no contexto social, exercendo seus direitos e tornando-se seres felizes.

O Projeto Político Pedagógico emancipatório, tem também a preocupação com a qualificação social, que facilita as relações interpessoais, a expressão verbal e a aquisição dos comportamentos socialmente adequados, que importam para ocupação social e para a própria sobrevivência cotidiana.

Outra questão de muita relevância, diz respeito à aquisição dos conhecimentos e habilidades necessárias às práticas sociais das classes populares, logo a questão é remetida para os conteúdos do conhecimento e aprendizagem, ou seja, a especificidade didático-pedagógica da escola, mais especificamente está ligada a **organização curricular**.

O conteúdo escolar está ligado ao requisito igualdade, que está na base do sistema de educação pública, e como afirma Saviani na seguinte passagem:

“...a transformação da igualdade formal em igualdade real está associada à transformação dos conteúdos formais, fixos e abstratos, em conteúdos reais, dinâmicos e concretos...” (Saviani, 2002.p.64)

Assim o PPP emancipatório, é um projeto ligado à missão de humanizar e educar para a vida e para a sociedade, e não apenas um documento produzido pela escola, mas a consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar.

Um exemplo de um Projeto Político Pedagógico Emancipador, é o Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Guarulhos, que ao assumir a administração da cidade, a gestão comprometeu-se a dar prioridade à Educação, tendo como base as diretrizes: democratização do acesso e da permanência, melhorando a qualidade de ensino, democratização da gestão e valorização dos profissionais da educação.

Foram assim criadas mais vagas em 4 anos do que nas três últimas décadas de governos anteriores, passando de 24 mil para mais de 74 mil vagas em creches, pré-escolas, educação fundamental, educação de jovens e adultos e educação inclusiva, reafirmando-se o compromisso com a democratização do acesso à educação no município.

Fazia-se necessário, também que se garantissem as condições de permanência para o educando na escola. Para isso, implementou-se novos programas, que transformara, quantitativa e qualitativamente, a alimentação escolar e o transporte escolar gratuito, e garantiram o acesso a materiais escolares e uniformes para todos os educandos.

Mais isso não bastava. Era preciso oferecer uma educação de qualidade. Assim, começou-se a construir o projeto Político Pedagógico da rede Municipal de Educação de Guarulhos, que afirma a perspectiva da educação como direito social fundamental, assumindo o desafio de construir uma prática pedagógica verdadeiramente democrática, que socialize o conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, em suas várias expressões, e que acolha e dialogue com a cultura e os saberes populares. Impunha-se desse modo, a necessidade de construir uma prática pedagógica humanizadora, centrada no educando e em seus tempos de vida, que superasse preconceitos e barreiras sociais que, em nossa história, têm sido fatores de exclusão escolar de uma grande parte da população. Caminhamos, assim, para a construção de uma escola democrática, inclusiva, solidária e de qualidade.

Como a educação é uma das prioridades da política educacional da Secretaria Municipal de Guarulhos. A partir desse princípio, O Departamento de Normas Técnicas e Orientação Educacional- DNTOE, por intermédio de seus núcleos, promove espaços de diálogo entre os profissionais da Rede Municipal para elaboração de uma política de formação permanente, objetivando a construção de uma escola de todos e para todos, tendo como pressuposto primordial a efetiva participação dos envolvidos nesse processo.

O desafio consistiu no resgate e utilização dos diferentes espaços e ou instâncias institucionalizados, representados pelas horas-atividade, encontros e reuniões pedagógicas, seminários, congressos, cursos, conselhos e reuniões com a comunidade etc., dentro de um plano único de formação permanente, pautado na reflexão e sistematização das práticas pedagógicas de nossa Rede, na busca da concretização de um Projeto Político-Pedagógico que vise uma escola de qualidade para todos: crianças, jovens e adultos.

Desse modo foram criados diferentes espaços de discussão, reflexão e construção de conhecimentos, de saberes, de diálogos, de troca de experiências, pois a produção e a troca dos diferentes saberes, bem como a valorização das diversas formas do ensinar e do aprender

e o reconhecimento de que todos os educadores são, considerando-os ao mesmo tempo, autores e atores do processo ensino-aprendizagem.

Outro aspecto em foco e tomado como essencial da Rede Municipal de Guarulhos foi a questão Curricular, no qual possibilitou pensar o currículo como resultante da prática e da leitura de muitas das escolas, no diálogo com os diversos atores e movimentos sociais, isto é, um currículo que dialoga e se torna significativo para o “Ser Humano” enquanto sujeito em todas as suas dimensões humanas, com isso fundamentou a concepção de educação por ciclos de formação, respeitando os Tempos de Vida.

Pensar sobre a educação, numa proposta de ciclos/tempos da vida, implica em modificar as estruturas curriculares, os métodos de avaliação, os tempos e os espaços individuais e coletivos, específicos e integrados, além de ressignificar o olhar para as relações entre desenvolvimento, aprendizagem e práticas sociais. Isto só pode ocorrer num processo crescente e integrado de formação permanente dos educadores e de todos os envolvidos na construção da Proposta Curricular da Escola e do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Guarulhos.

Para implantação da proposta a Secretaria da Educação contou com alguns consultores, dentre eles Miguel Gonzáles Arroyo e sua experiência na organização do ensino em ciclos de vida:

“... A idéia de ciclo da vida, é tempo da vida, temporalidade da formação humana, não é tempo de escola, não é ciclo da escola, nem progressão continuada ou descontinuada, nada disso. É algo elementar. É partir do pressuposto que cada pessoa, em cada tempo da vida, vai se constituindo como sujeito cognitivo, afetivo, ético, cultural, social, corpóreo, estético etc, em cada tempo. Então, a preocupação fundamental passa a ser esta: como entendemos melhor o que acontece em cada tempo da vida, como entendermos melhor, em cada tempo, a mente humana, a socialização, as aprendizagens, a construção das identidades. Em síntese, como organizar o processo pedagógico escolar para dar conta dessa diversidade de tempos, ciclos de socialização, de aprendizado, de construção dos sujeitos humanos. Essa é a idéia básica, que vai desde como a organizar a turmas entre os que sabem ler e os que não sabem, respeitando os tempos da vida. Criança fica junto com criança, pré-adolescente com pré-adolescente, adolescente com adolescente. . .”
(ARROYO, 2001 entrevista concedida à Secretaria da Educação do Município de Guarulhos)

Vejam os como se consolidou a organização das escolas

Organização das Escolas

	EDUCAÇÃO INFANTIL	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL		EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS
CICLO	1ª Infância	2ª Infância	Pré-Adolescência	Jovens e Adultos
IDADE	1ª Fase: 0 a 3 anos	6 a 9 anos	9 a 11 anos	1ª Segmento
	2ª Fase: 3 a 6 anos			2ª Segmento

A Escola por Ciclos de Formação , que leva em conta o desenvolvimento dos educandos, é fruto de uma reorganização feita por todos os sujeitos que formam a comunidade educativa. A Secretaria Municipal de Educação, com suas diferentes iniciativas, incentiva o direito a uma educação adequada à necessidade de sua população, por isso, podemos dizer que a escola organizada pro ciclos de formação é uma ação em construção, pois está sendo construída a muitas mãos.

Para a concretização desse projeto a Secretaria pautou-se em muitas ações, incluindo:

- Valorização do professor: plano de carreira do magistério. Além da valorização funcional na carreira, foram adotados dois tipos de gratificação: 20% para a permanência nas escolas periféricas e 30% para a dedicação exclusiva na escola;
- Democratização da gestão: implicando vários níveis de ações, incluindo a desburocratização e a autonomia para resolver problemas cotidianos do espaço escolar, foram

reativados os Conselho de Escola, o conselho de Alimentação Escolar e as Associações de Pais e Mestres, assim como foi criado o Fórum Interconselhos. Mas há ainda muito que se fazer em busca de uma participação mais ampla e qualificada da comunidade na vida escolar.

- Criação de programas Arte-educação: a inserção de Projetos de Arte na proposta curricular das escolas municipais de Guarulhos tem a finalidade de promover o desenvolvimento pleno das diversas potencialidades e dimensões humanas de nossos educandos, proporcionando oportunidades de experiências e vivências que ampliam as possibilidades expressivas e o acesso a diferentes linguagens. Esse processo vincula-se à formação do educador, que se pauta também nos processos artísticos e expressivos, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, das relações afetivas e do processo de humanização. Consideram-se, assim, educadores e educandos como protagonistas da educação

Os projetos de Arte-Educação têm propiciado uma verdadeira revolução nos espaços escolares, não apenas pela qualidade das produções de professores e educandos, mas pelo desenvolvimento da sensibilidade, do senso estético, da auto-estima, da abertura para o novo e para o belo. Dentre os projetos desenvolvidos com as finalidades descritas acima, podemos citar:

- Música: Alfabetização e Percepção Musical; Canto coral Cênico; Violinos nas Escolas, introdução à Camareta de Cordas; Músicas na Alfabetização e Musicalização Infantil.

- Artes do corpo: Teatro e Danças Folclóricas Brasileiras.

- Artes Plásticas: sensibiliza educadores e educando a partir de experiências de apreciação, criação e reflexão sobre a pintura, o desenho, a escultura etc.

- Arte de Contar Histórias: envolve educadores e educandos em torno da prática que faz parte da história da humanidade e do processo de humanização do homem.

- Criação do programa de Ensino de Línguas e culturas Estrangeiras; Foram implantados curso de Língua e Cultura Italiana, Língua e Cultura Espanhola, Língua e Cultura Inglesa, Língua e Cultura Francesa para os educadores da rede

municipal de ensino, aos quais cabe socializar esse conhecimento com os educando.

- Projetos Temáticos: completando uma tríade de ações de formação permanente, que integra uma diversidade ampla de dimensões do desenvolvimento humano.

Desta maneira, o Projeto Político Pedagógico do Município de Guarulhos, fundamentou-se na afirmação da escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento integral do educando, que contempla as diferentes dimensões do humano com as diversas linguagens, criando condições efetivas para a aprendizagem.

Relatei a experiência de um Projeto Político Pedagógico Emancipador da cidade de Guarulhos- SP, mas existem outras experiências como: Projeto Inajá I e II, de Mato Grosso; Projeto Tucum, das Escolas Xavante, Escola Cidadã de Porto Alegre, Escola Candanga de Brasília, Escola Plural de Belo Horizonte, escola Balalaia de Belém, Escola Sem Fronteiras de Blumenau e Colégio Universitário de São Luís do Maranhão; além de outros no Rio de Janeiro, na região de São Paulo, etc.

Os Projetos podem acontecer em um âmbito mais abrangente, como em Secretarias de Educação, mas podem se dar em uma instituição escolar, terá um impacto menor, mas não deixam de ser uma via para a democratização de um ensino de qualidade.

Agora, conceituarei a palavra regulador, para em seguida caracterizar um Projeto Político Regulador.

“... Regulador: (do latim regra) 1. Relativo a regra 2. Que é ou que age conforme as regras, as normas, as leis, as praxes 3. Bem-proporcionado, proporcionado 4. Disposto simetricamente, equilibrado 5. Que se repete a intervalos iguais 6. Exato, pontual 7. Que está no meio-termo, mediano, médio 8. Nem bom, nem mau, médio, razoável, suficiente 9. Diz-se das figuras geométricas que têm lados e ângulos iguais entre si 10. Pertencente ou relativo aos regulares 11. Diz-se de todos os religiosos que professam numa determinada regra especial, numa ordem, congregação que é regular. 12. Aquilo que é regular 13. Espécime dos regulares.” (FERREIRA, 1975. p.1219)

O Projeto Político Pedagógico regulador, é aquele que tem regra, é exato e pontual, embora algumas vezes aparentemente tenha um caráter democrático realiza o seu trabalho assentado nos **princípios empresariais**, valorizando mais o produto do que o processo, desarticulando a existência de conflitos, e do contexto social que os envolve, desde modo percebe-se a dicotomia entre os dois PPPs, no qual um pretende humanizar (emancipatório) e o outro instrumentalizar (autoritário).

A característica de um Projeto Político Pedagógico Regulador pode se instalar em todas as instâncias, (pedagógica, administrativa e financeira) criando relações de competitividade, de poder e corporativismo, dificultando se instalar um espírito de coletividade. Como também afirma FOUCAULT a respeito do proposital esfacelamento do coletivo:

“ . . . Nas fábricas que aparecem no fim do século XVIII, o princípio do quadriculamento individualizante complica, importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem suas exigências próprias, de modo que as confusões se desfaçam e cada um produza sozinho sob vigilância. . .”
(FOUCAULT,1987.p.132-133, grifos do autor)

Para que ocorra o controle, é necessário ter disciplina, já sabemos os processos disciplinares existem há muito tempo: nos conventos, nos exércitos e nas oficinas.

Mas é nos séculos XVII e XVIII, que há muito interesse nos processos disciplinares, pois eles representam fórmulas gerais de dominação. Esses métodos permitem o controle minucioso das operações do corpo, que esquadrinha ao máximo tempo, o espaço, os movimentos, e o faz utilizando-se de diversas técnicas.

Encontramos essas técnicas em funcionamento nos colégios, mais tarde nas escolas primárias, no espaço hospitalar e nas organizações militares. Técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância:

“ . . . Porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova microfísica do poder, definindo como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina . . .”
(FOUCAULT,19787,p.129)

Assim, durante a época clássica (século XVII e XVIII) há a descoberta do corpo como objeto e alvo do poder, e são estabelecidos um conjunto de regulamentos militares, hospitalares e escolares, e nada mais são que mecanismos de controle e disciplina impondo aos corpos limitações, submissões e obrigações, tudo para a conservação do poder vigente.

Esses mesmos mecanismos, como já foi dito, chegam à escola, e norteia o Projeto Político Pedagógico regulador, maquiado atualmente pela modernização da gestão escolar, adotando um modelo de planejamento estratégico, apoiado na eficiência e racionalização administrativa tendo como base a Administração Científica (Taylorismo), que pressupõe: pensamento separado da ação; estratégico separado do operacional; separação dos estrategistas das estratégias.

Portanto as principais diferenças entre um PPP autoritário e um PPP emancipador, se pautam na:

PPP EMANCIPATORIO	PPP AUTORITARIO
<ul style="list-style-type: none"> • HUMANIZAR 	<ul style="list-style-type: none"> • INSTRUMENTALIZAR
<ul style="list-style-type: none"> • ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 	<ul style="list-style-type: none"> • CONSERVAR
<ul style="list-style-type: none"> • AVALIAÇÃO 	<ul style="list-style-type: none"> • CONTROLAR
<ul style="list-style-type: none"> • DEMOCRATIZAR 	<ul style="list-style-type: none"> • COMPETIR

Após a caracterização do Projeto Político Pedagógico Emancipatório e do Projeto Político Regulador, considero que atualmente eles sirvam de base para definir que tipo de sociedade que se quer e que tipo de cidadão se deseja formar.

Desejando-se uma sociedade mais igualitária e democrática, é possível afirmar que um Projeto Político-Pedagógico de caráter emancipatório baseia-se na organização do trabalho coletivo de professores e profissionais da educação, possibilitando que os mesmos discutam, decidam, executem, acompanhem e controlem o trabalho pedagógico, tendo a clareza em relação aos objetivos que se deseja alcançar, considerando-o como algo inacabado e flexível.

Neste sentido, conclui-se que o Projeto Político Pedagógico, pensado dessa maneira possibilita a integração de toda a comunidade escolar, permitindo que as diferentes formas de pensar a escola estejam presente no plano, revelando desse modo possibilidades exploradas e possibilidades ainda não-exploradas, inéditas.

Compreendo que os PPPs Emancipatórios caminham para formação de um cidadão pensante e criativo e com os seus direitos sociais em pleno funcionamento, porém sabemos que a escola não é a grande redentora e salvadora da pátria, que é necessárias políticas públicas que viabilizem melhores condições de trabalho para os profissionais da educação, plano de carreira justo, materiais didáticos apropriados, salas com um número adequado de crianças, etc.

Sabemos que a escola sozinha não é capaz de mudar uma sociedade, mas pode contribuir para sua melhoria, portanto construir o Projeto Político Pedagógico, na concepção emancipatória de educação, significa traçar novos caminhos com coragem, consciência crítica e muita esperança de uma escola melhor para todos.

Já um Projeto Político Pedagógico Regulador está implicado em conservar a desigualdade, separando os que fazem dos que executam, tornando o conhecimento como algo acabado e sem significado.

Os PPPs reguladores seguem modelos empresariais, valorizando mais o produto do que o processo, a opção por este caminho é mais simplificada, porque são técnicas e

procedimentos a serem executados. Um projeto, pensado deste modo torna-se se servindo como instrumento para justificar o sistema e servir a burocracia.

Assim, quanto mais se pensar em uma sociedade mais igualitária e democrática mais haverá de ter PPPs emancipatórios, e quanto menos se pensar em transformação, mais haverá PPPs Reguladores.

Na etapa seguinte do presente capítulo, apresentarei recortes interpretativos da concepção dos professores sobre o Projeto Político Pedagógico e sua diversidade.

d.) A concepção dos professores sobre o Projeto Político Pedagógico:

Anexo entrevista (1)

A entrevista foi realizada com 6 professores das redes municipais de Hortolândia, Campinas e Paulínia. Todas as entrevistadas, já possuem mais de 5 anos de profissão, embora 3 dentre as entrevistadas estão a menos de 5 anos na mesma escola, uma já está há 15 anos na mesma escola e a outra está apenas há um ano na escola. As 6 professoras entrevistadas possuem nível universitário e duas delas possuem outra formação além da Licenciatura em Pedagogia.

Objetivei nesta pesquisa, entender a concepção das professoras a respeito do Projeto Político Pedagógico, como eles vêm acontecendo e as expectativas para possíveis mudanças em suas respectivas escolas.

Desta maneira, farei uma síntese das entrevistas, fazendo uma breve análise de cada questão.

1-Você sabe o que é Projeto Político Pedagógico de uma escola?

Todas as professoras responderam que sabem o que é um projeto político pedagógico, isto demonstra que as professoras sabem o que é, porém não é a garantia para que ele aconteça de forma satisfatória.

2- A sua escola possui um Projeto Político Pedagógico? Se a resposta for sim, responda por quem ele foi construído?

A maioria das professoras respondeu que o PPP foi elaborado apenas por um grupo de pessoas, mostrando assim que eles não acontecem democraticamente, apenas uma professora relata que o PPP acontece coletivamente, mas coloca em observação que ocorre participação ocorre em graus diferentes.

3- Se você fosse caracterizar o Projeto Político Pedagógico de sua escola, como o denominaria. Assinale a alternativa que mais combine com o PPP da sua escola.

a- **Projeto do chefe:** três professoras responderam essa alternativa.

b- **Projeto-manutenção:** duas assinalaram esta resposta

c- **Projeto-coletivo:** apenas uma respondeu essa questão, mas colocou em observação uma ressalva.

Esta questão confirmou a hipótese das repostas acima, mostrando que a elaboração do Projeto Político Pedagógico não expressa os anseios, expectativas e necessidades de toda a comunidade escolar. A única professora que respondeu que o Projeto é elaborado por todos, diz que: “. . . o trabalho é realizado em reuniões de integração por toda a equipe professores, gestores, faxineiras, cozinheiras. Porém a participação de todos é diferente. Há quem proponha mais que outros, o interesse também é diferente . . .” Assim, ela revela em sua escrita, que não há um único objetivo ou “interesse” por ela assim caracterizado, ou seja, a finalidade da escola ainda não foi estabelecida coletivamente. Quando diz que a reunião de integração é feita por toda a equipe professores, gestores, faxineiras, cozinheiras, ela deixa de levar em conta toda a comunidade escolar, que compreende além dos funcionários, os pais e a comunidade local, desse modo percebemos que há uma relação de corporativismo na relação estabelecida entre funcionários e comunidade.

4-Você acredita que um projeto político possa ser uma alternativa para efetivas mudanças na educação escolar? Justifique

Todas as professoras afirmaram que sim, dizendo que o Projeto pode propor mudanças respeitando a singularidade da comunidade. Disseram unanimemente que é necessário que todos participem da sua elaboração, para que haja envolvimento na execução do mesmo.

5- Pensando no dia-a-dia de sua escola, assinale três problemas mais relevantes.

R- Citarei os que foram mencionados

- falta de material didático 1,1
- falta de apoio pedagógico 1, 1
- ausência de equipe multidisciplinar na escola (psicólogo, terapeuta, etc)1
- sala numerosa 1
- espaço físico inadequado 1
- ausência de políticas públicas 1, 1
- falta de funcionários na escola (inspetor alunos, merendeiras, faxineiras, etc) 1
- jornada dupla 1
- formação continuada inadequada 1
- falta de grupo sintonizado1
- plano de carreira mais justo e incentivador 1
- outros: desprezo do gestor 1

Dentre os que foram citados duas vezes, considero que a falta de apoio financeiro à escola, seja um dos problemas mais relevantes.

6. O trabalho realizado em sua escola permite ou não a interação entre todos que nela trabalham? Justifique

Nesta resposta, 4 professoras disseram que no trabalho escolar, não há interação por falta de tempo, de encontro e envolvimento, 1 professora disse que às vezes há interação, mas na maioria das vezes isso não ocorre, por haver resistências por parte tanto de professores quanto de especialistas e 1 professora disse que o trabalho realizado em sua escola permite interação, porém o grupo não apresenta os mesmos ideais educativos.

As respostas mostram, que a ausência de um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, faz com que o trabalho se torne individualizado.

7. Há influência dos pais na organização e funcionamento da sua escola? Justifique.

Todas as professoras disseram que não há influência dos pais na escola, relatando que eles se restringem ao portão, durante as reuniões aparecem com pouca frequência e alguns participam na organização de festas (primavera e junina).

8. Quais os principais fatores que limitam ou possibilitam a participação da comunidade escolar na elaboração do PPP?

As professoras relataram que os dois fatores que limitam a participação são:

- postura autoritária do gestor;
- horários compatíveis com os horários dos pais;
- falta de engajamento dos professores;
- corporativismo, que dificulta conciliar interesse diverso;

- informação inadequada;
- interesse de ambos para realizar o PPP (pais e escola);
- falta de conhecimento dos pais sobre a educação;

Fatores que possibilitam, apenas uma professora relatou as possibilidades :

- pauta antecipada das reuniões de conselho, para que cada segmento discuta antecipadamente com os seus pares;
- iniciar a reunião com a leitura de um item do regimento escolar;
- o diretor ser membro nato, porém não ser o presidente do conselho de escola

Esta resposta nos mostra que a maioria das professoras indicam com facilidade os fatores que limitam a participação de todos na elaboração da comunidade escolar, porém apenas uma professora indica as possibilidades, visto a falta de conhecimento e experiência a respeito de um Projeto Político Pedagógico emancipatório.

A partir desta entrevista, confirmou-se mais vez a ausência de um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, e como relatei no primeiro capítulo este fato é histórico, porém mesmo assim encontramos Projeto Político Pedagógico de caráter Emancipador, alguns ocorrendo de modo mais estruturado e coerente, como o Projeto Político Pedagógico do Município de Guarulhos, outros porém ocorrendo de forma menos coerente, mas são tentativas que estão em vias de construção.

São possibilidades que podem viabilizar uma escola de boa qualidade para todos, instituindo dessa maneira o valor da “coisa pública”.

CAPÍTULO III- A nova prática de planejamento e gestão participativa da escola: contradições e possibilidades

Para que ocorra um novo modo de organização do trabalho pedagógico da escola é necessário antes de tudo, entender a escola que temos e aquela que queremos, o aluno que temos e aquele que desejamos ter, a sociedade que temos e a que desejamos.

A partir dessas indagações é legítimo pensar em novos modelos e novas formas políticas e sociais, que tenham em vista a diminuição das desigualdades e o fim da exclusão social, na verdade são ideais voltados para implantação de uma escola pública de qualidade para todos.

Com base no que temos e na busca de outras possibilidades, buscar novas possibilidades representa uma ousadia para os professores, pais, alunos e funcionários.

Mas não se trata de implementar um novo modelo de gestão escolar, mas propiciar ações que possibilitem aos sujeitos pensar sobre o seu trabalho na escola, bem como de todo o trabalho coletivo, em relação as finalidades da educação que se propõe alcançar.

Uma das possibilidades que se apresenta, é a construção do Projeto Político Pedagógico, conforme anunciado por Veiga (1995):

“... Para que a construção do Projeto Político Pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente...” (VEIGA,1995.p.15)

As situações as quais Veiga se refere, são as estratégias que seriam implantadas a fim de instigar e motivar toda a comunidade a se debruçar sobre a escola pensando criticamente sobre o fazer escolar entre todos os envolvidos na unidade escolar.

Estratégias que merecem atenção, porque dizem respeito a uma tarefa difícil que é mobilizar toda a comunidade escolar, que historicamente sempre esteve ausente para elaboração de plano.

Assim, os projetos elaborados desta forma, inspirados na lógica emancipadora pressupõe a gestão democrática, pois ela é necessária para compreender a realidade e para agregar toda a comunidade. A participação de toda a comunidade escolar permite que as diferentes formas de entender e explicar a escola estejam presentes no Plano escolar. E o plano ao ser incorporado pelas idéias de cada um do grupo, passa a ter identidade. Conseqüentemente começa a se estabelecer uma relação de identidade entre os representantes de diferentes segmentos da escola e o Plano Escolar.

Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debates, de diálogo, no qual o sujeito tem voz, permitindo que ele se manifeste, através de mecanismos, como : Conselho de Classe, APM, reuniões de pais, etc.

Para a sua concretização é necessário compreender as partes que constitui o Projeto Político Pedagógico:

Diagnóstico: análise dos problemas e suas causas;

Objetivos: Estabelece a direção em que se procura produzir a transformação da realidade meta-específica, a magnitude da transformação da realidade num determinado espaço de tempo.

Programação: linhas concretas de ações a serem realizadas para que se cumpra um fim proposto.

Recurso: elementos físicos, humanos e financeiros necessários para a concretização da programação.

Avaliação: Formas de verificação dos resultados (formas de avaliações das escolas como um todo, não se trata de avaliação de alunos.)

Após a concretização do projeto político pedagógico, ele não deverá ser considerado como algo acabado, mas estará sempre aberto a mudanças e transformações. Daí o papel importante que a avaliação exerce no projeto, apurando os resultados e os processos positivos e os negativos, dizendo se é preciso modificá-lo ou reformulá-lo.

Embora o Projeto político pedagógico já tenha nascido de segundas intenções, visto a necessidade de implantar-se a política do Banco Mundial e do novo modelo econômico (neoliberal) que visa a minimização do Estado, ele pode representar um instrumento de luta e democratização do acesso à cultura

Porém é possível elaborar um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, que pressupõe uma gestão democrática, a partir das condições da escola pública, mesmo sabendo que a gestão da escola começa fora e longe da mesma? Mesmo entendendo que os seus princípios nascem na empresa?

Para Paro (1986) o sentido mais amplo da administração é a “utilização racional de recursos para a realização de fins, no menor tempo e com o mínimo possível de dispêndio”.

“... Este princípio nos remete aos princípios da gerência científica (Taylor) no qual tem como . . . Primeiro princípio a dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores. O segundo princípio baseia-se na separação da concepção e execução, ou seja, o trabalho mental é separado do manual e subdividido rigorosamente. O terceiro princípio é a utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução” (Braverman,1977,p.103-109).

Através de reformadores, esses mesmos princípios da empresa (taylorismo/ fordismo/ toyotismo) são repassados para escola, respaldados pelo o Banco Mundial:

“ . . .que desde os anos 60 tem participado de forma sistemática e direta das decisões, com capacidade para intervir e formular políticas educacionais para a América Latina.

O Banco Mundial chega no interior das escolas por meio de programas, projetos e planos elaborados por seus técnicos e endossados pelo MEC, separando o pensar e o fazer. A comunidade escolar é apenas informada sobre os programas, projetos e planos, recebendo orientações necessárias ao preenchimento de formulários e à prestação de contas. A reflexo sobre o trabalho pedagógico dilui-se em meio a tantos procedimentos burocráticos a serem cumpridos.

Na escola, o projeto político-pedagógico tornou-se secundário, servindo como instrumento para justificar o sistema e servir a burocracia.” (SILVA, 2003,pg.283-301)

No entanto, Paro (1986) aponta algumas medidas para o aparelhamento da escola pública, na qual uma delas cabe a administração tanto a coordenação do esforço humano, quanto a organização e racionalidade do trabalho que se realiza para atingir os resultados desejados. Buscando a integração das práticas políticas com as atividades administrativas., pois o objetivo (políticos) antecede, e certamente condicionará, o processo de atingi-los (administrativo).

Assim o projeto político pedagógico não é apenas um documento produzido pela escola, mas a consolidação de um processo de ação-reflexão- ação que exige o esforço conjunto de a vontade política do coletivo escolar. Para essa construção devemos ter claro o que se quer fazer e porque vamos fazê-lo.

A prática é vista como ponto de partida para a produção de novos conhecimentos, pois a teoria isoladamente não gera transformações. Teoria e prática são elementos distintos,

porém inseparáveis na construção de um projeto. Neste contexto reforça-se a concepção de *práxis*, de prática, de prática refletida. A ação que subsidia o pensamento para a constituição de novas idéias e formas diferenciadas de intervenções na realidade educacional.

Isto exige estabelecer como meta a ser atingida o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica do professor sobre e na prática, além de pensar a escola no conjunto e na sua função escolar. Deverá essa reflexão ser realizada de forma participativa por todas as pessoas nelas envolvidas, possibilitando a construção de um projeto possível e consistente.

Desse modo, percebemos a possibilidade de pensarmos a respeito de políticas públicas (Financiamento do Banco Mundial) na visão estratégica - empresarial e do outro lado a construção do PPP na visão emancipadora, como esperança de uma escola melhor para todos, onde se trabalha o currículo de forma integrada e interdisciplinar, a fim de reduzir o isolamento e a fragmentação dos conteúdos.

Embora estejamos longe de entender a educação como determinante principal de transformação, se a escola “mantém” a situação também pode ter uma parcela de contribuição para mudar.

E é nessa pequena parcela que atuamos, em prol do aluno de maneira que ele possa entender a situação em que vive, apurado com os acontecimentos sociais, político e econômicos

E a construção do projeto político - pedagógico pode e deve atuar, para que a escola possa exercer suas incumbências definidas pela legislação, ela deverá ser estatal quanto ao funcionamento, democrática quanto à gestão e pública quanto à destinação.

Segundo (Veiga) o grande desafio da escola está em garantir um padrão de qualidade técnica e política para todos entendendo que o aluno é sujeito concreto, real, histórico, social e ético do processo educativo.

Um caminho para a concretização desse trabalho é através da construção do Projeto Político Pedagógico que demandará posturas democráticas de todas as partes envolvidas no processo educativo (pais, alunos, funcionários, professores, especialistas e etc)

Principalmente os gestores, lhes caberão posturas que estejam abertas a desafios e práticas inovadoras, relacionando sempre a teoria com a prática, associando ao mesmo tempo estratégias pensadas e aplicadas freqüentemente, pois é provável que as primeiras tentativas não sejam positivas, pois este é um trabalho árduo que demanda persistência e muito profissionalismo.

Porém sem uma disposição para o diálogo e uma gestão democrática, não é possível construir um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, capaz de transformar e trazer melhorias para a qualidade da educação da escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se da concepção de um Projeto Político Pedagógico, comparou-se, neste trabalho, um projeto regulador e outro emancipatório.

Baseada nessas concepções considerou-se que um Projeto Político Pedagógico pode gerar uma transformação na organização do trabalho pedagógico e por consequência, ter-se uma escola pública de mais qualidade.

Para gerir um “novo” modelo organizacional, não é necessário buscarmos grandes revoluções ou partirmos da estaca zero, é necessário antes de qualquer coisa, que as posturas dos integrantes da escola sejam mudadas. Ressaltando a necessidade de posturas mais democráticas e profissionais, deixando de lado questões pessoais e autoritárias que beneficie apenas uma pessoa ou um grupo de pessoas.

Para a construção de um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, é preciso primeiramente, que o gestor e a equipe de especialistas que compõem a escola, estejam abertos e prontos para novos desafios. Desvencilhando-se do modelo hierarquizado e

autoritário, abertos à escuta, e principalmente elaborando estratégias, para integralização de todo o grupo.

Essas estratégias devem ser ininterruptas, porque é provável que as primeiras tentativas não tragam resultados positivos, por isso ser tão importante a persistência para a integração do grupo. As estratégias requerem reflexões e ajustes constantes, podendo ser pensadas através da realização de reuniões pedagógicas, nas quais todos opinem e sejam levados a resolver um único problema da escola.

Depois de eleito um problema relevante para todos na escola, atacá-lo e pensá-lo coletivamente, pode ser considerado uma boa estratégia para que todos estejam implicados na sua solução. Essas estratégias vão depender da realidade da escola e o que representa prioridade para cada grupo.

A acolhida dos funcionários e professores no início de ano letivo, feita pela equipe gestora, poderá representar uma outra estratégia para o envolvimento do grupo.

Outra forma de integração de toda a comunidade escolar, é a realização de festas, visando somente à socialização das pessoas, e não especificamente a arrecadação de dinheiro.

Uma gestão democrática representa 50% para a construção de uma escola pública de mais qualidade, porém isso não é tudo, pois o papel do gestor representa apenas um segmento da comunidade escolar.

Os professores também constituem um outro segmento, cabendo-lhes o papel de refletir *sobre e na* prática da atividade pedagógica, compartilhando os sucessos e dificuldades. No entanto, isto não significa apenas trocar atividades com colegas de mesma série, mas em realizar um trabalho de reflexão, no qual todos possam discutir e refletir as mais diversas concepções sobre a educação. Pensando ainda no aluno em todas as séries e fases de sua vida escolar, refletindo sobre sua chegada e como irá concluir uma determinada etapa.

Concretizar este tipo de gestão demanda trabalho coletivo, uma vez que vai além de responsabilizar o que os professores das séries anteriores fizeram. Implica pensar no desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões no presente, o que automaticamente ajudará o professor da série seguinte.

Para concretizar um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, deve-se estabelecer um objetivo comum, no qual cada um, mesmo inserido em uma função diferente, caminhe para alcançar o mesmo objetivo.

Assim, quando pensamos sob essa perspectiva, não é difícil pensar que a merendeira, o guarda, o professor, o gestor, enfim, todos façam ajustes e modificações, adotando uma visão mais solidária e ética em relação ao trabalho, desvinculando-o, como já foi dito anteriormente, de uma postura egoísta, tipicamente pessoal, que nada tem haver com um trabalho profissional sério.

Quanto à postura dos alunos, não é difícil descrever o que os professores esperam deles, querem alunos mais disciplinados, mais interessados, mais educados, porém esquecem de elencar o que a escola tem feito para que isso tudo seja afluído.

Talvez esta seja mais uma questão que necessite ser posta ao grupo de profissionais, para que coletivamente busquem respostas e estratégias possíveis e inovadoras, com o intuito de obter um ambiente mais estimulante dentro da escola.

É importante ressaltar a necessidade de haver pais que entendam a função da escola de ensinar, porém o seu papel de educador, é de suma importância para que a tarefa da escola não se desestruture, deixando a sua principal função que é ensinar, em segundo plano.

A escola precisa de pais que participem e indiquem o que desejam para os seus filhos. Portanto, em um Projeto Político Pedagógico Emancipatório a participação deles é imprescindível, não havendo espaço para aqueles que pensam individualmente e reclamem sem dar sugestões.

Em uma escola onde há posturas mais democráticas, é possível construir um Projeto Político Pedagógico Emancipatório, que traga modificações positivas para o quadro educacional, gerando pessoas envolvidas e comprometidas com o trabalho escolar, todas implicadas com a melhoria da qualidade do ensino público.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Zacarias | *Borges. Política e Educação: uma análise de uma política partidária.* Campinas, SP: Graf. FE: Hortograph, 2002.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século .* Rio de Janeiro, Zahar, 1977

DE ROSSI, Vera Lúcia. *Gestão do Projeto Político-Pedagógico: Entre Corações e Mentas.* São Paulo: Moderna, 200.- (Coleção cotidiano escolar)

DE ROSSI, Vera Lúcia. *Resistindo ao seqüestro da Experiências- Gestão de Educação no Projeto Político Pedagógico.* Campinas. SP. 1988. tese doutorado

FOUCAULT, Michael . *Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* Petrópolis, Vozes, 1987.

MALAVAZI, M. M. S. (1995) *A Construção de um projeto político pedagógico*, T./ mestrado (FE/UNICAMP)

PAIVA, Vanilda Pereira de in. *Educação Popular e Educação de Adultos*, SP. Loyola, 1973

PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*, Ática, SP, 1997

SAVIANI, Dermeval: *Escola e Democracia: teorias da educação, curavatura da vara, onze teses sobre a educação política.* Campinas, SP: Autores Associados, 2002 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol.5)

SAVIANI, Demerval. *O legado do século XX no Brasil.* Campinas, SP: Autores, 2004. (Coleção Educação Contemporânea)

SILVA, Maria Abadia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial.* Campinas , SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002

SNYDERS, Georges. *Alunos Felizes: Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro . *Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível*. Campinas, SP: Papirus, 1995 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado, RIBEIRO Mara Luisa Santos, NORONHA, Olinda Maria. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Aprender & Ensinar)

ANEXO:
ENTREVISTA

Nome: _____ data _____

Local de Trabalho: _____

1- Você sabe o que é Projeto Político Pedagógico de uma escola?

a- SIM

b- NÃO

2- A sua escola possui um Projeto Político Pedagógico? Se a resposta for sim, responda por quem ele foi construído?

a- não sei

b- não tem

c- apenas por um grupo

d- por todos

e- não sei por quem foi feito

3- Se você fosse caracterizar o Projeto Político Pedagógico de sua escola, como o denominaria. Assinale a alternativa que mais combine com o PPP da sua escola.

a- **Projeto-plágio:** de postura ética duvidosa, apropriada de outra organização.

b- **Projeto do chefe:** é o projeto do o(s) responsável(is) pela gestão da escola, sem discussão e negociação dos vários interessados da comunidade escolar

c- **Projeto-gheto:** que se concentra em pequenos grupos, sem adesão dos demais

d- **Projeto-vago:** é um projeto cheio de intenções e objetivo geral pouco preciso, sem metas, permitindo que cada indivíduo ou grupo siga seu próprio caminho.

e- **Projeto-manutenção:** que procura manter as estruturas existentes, consolidando rotinas e projetos mosaicos, de diversas atividades, que a escola vai repetindo ano após ano.

f- **Projeto-ofício:** aquele que “serve para enviar”.

g- **Projeto-cerimônia:** que atinge seu auge nas várias festas e cerimônias, mas que não ultrapassa a dimensão ritual, institucional e formal

h- **Projeto-coletivo:** elaborado por toda a comunidade escolar

i- Projeto-coletivo: elaborado por todos

j- outros: _____

4-Você acredita que um projeto político possa ser uma alternativa para efetivas mudanças na educação escolar? Justifique

5- Pensando no dia-a-dia de sua escola, assinale três problemas mais relevantes.

- a- falta de material didático
- b- falta de apoio pedagógico
- c- ausência de equipe multidisciplinar na escola (psicólogo, terapeuta, etc)
- d- sala numerosa
- e- ausência da família
- f- baixo nível sócio-econômico dos alunos
- g- espaço físico inadequado
- h- ausência de políticas públicas
- i- falta de funcionários na escola(inspetor de alunos, merendeiras, faxineiras, etc)
- j- jornada dupla
- k- salário digno
- l- formação continuada inadequada
- m- falta de grupo sintonizado
- n- comunidade mais participativa
- o- plano de carreira mais justo e incentivador
- p- outros:_____

6. O trabalho realizado em sua escola permite ou não a interação entre todos que nela trabalham?Justifique

7. Há influência dos pais na organização e funcionamento da sua escola ? Justifique.

8. Quais os principais fatores que limitam ou possibilitam a participação da comunidade escolar na elaboração do PPP?

|

|

.

.

|